The background of the entire page is a microscopic image of tissue, likely stained with hematoxylin and eosin (H&E). It shows a dense network of pink-stained fibers and numerous circular, dark-stained structures that appear to be nuclei or cross-sections of cells. The overall color palette is dominated by shades of pink, red, and brown.

ISMAELLY BATISTA DOS SANTOS SILVA

**OS DESAFIOS OCUPACIONAIS DO PROFISSIONAL DA
INFORMAÇÃO: um estudo de caso no Núcleo de Documentação de
Pessoal e Informação da UFPB**

**João Pessoa, PB.
2013**

100µm

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA

ISMAELLY BATISTA DOS SANTOS SILVA

**OS DESAFIOS OCUPACIONAIS DO PROFISSIONAL DA
INFORMAÇÃO:** um estudo de caso no Núcleo de Documentação de
Pessoal e Informação da UFPB

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Curso de Graduação em Arquivologia do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharela.

Orientadora: Prof.^a Dra. Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira

João Pessoa, PB.
2013

SILVA, Ismaelly Batista dos Santos.

OS DESAFIOS OCUPACIONAIS DO PROFISSIONAL DA INFORMAÇÃO:
um estudo de caso no Núcleo de Documentação de Pessoal e Informação da UFPB /
Ismaelly Batista dos Santos Silva. - João Pessoa / PB, 2013. 90 f :il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal da
Paraíba, Campus I, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, João Pessoa, 2013.
Orientadora: Prof.^a Dra. Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira

1. Saúde Ocupacional.
2. Profissional da Informação.
3. Riscos Ambientais.
4. Unidades de Informação

ISMAELLY BATISTA DOS SANTOS SILVA

**OS DESAFIOS OCUPACIONAIS DO PROFISSIONAL DA
INFORMAÇÃO: um estudo de caso no Núcleo de Documentação de
Pessoal e Informação da UFPB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Curso de Graduação em Arquivologia do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharela.

Aprovado em: 13 / 09 / 2013.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira
Orientadora (UFPB)

Prof. Dr. Hugo Enrique Méndez Garcia
Examinador (UFPB)

Prof^a Ms. Geysa Flávia Câmara de Lima do Nascimento
Examinadora (UFPB)

João Pessoa, PB.
2013

Aos amados Gerônimo, Virginia e Venâncio por serem, estes, o segredo do brilho que nunca se apaga em meus olhos!

AGRADECIMENTOS

A Deus pelos milagres e bênçãos existentes em minha vida;

Aos meus pais, Gerônimo e Virginia pela base exemplar de disciplina, caráter, respeito, educação e amor pelo próximo e a vida;

A minha Família, Avós, Tios, Primos, Padrinhos e agora Sobrinha... Verlânia Maria. E em especial a meu Irmão (Venâncio) a minha Avó (Josefa – “Techê”), Tias (Cristina e Ana) pelo amor e fé sem limites e Tio Mano (Emanoel) pela torcida e força mesmo distante;

Aos Professores do curso de Graduação em Arquivologia, assim como os do Departamento de Ciência da Informação e de outros tantos locais dentro e fora da UFPB, por me irradiarem o conhecimento;

À Professora Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira, pelo aceite do desafio de me orientar em meu TCC com temática tão instigadora, bem como pela compreensão das ausências;

Aos colegas da ilustre Turma Pioneira (a qual me orgulha ter feito parte) do curso de Arquivologia da UFPB: Shara Medeiros, Virllane Alinne, Simone Francisco, Elaine Alves, Yarianne Gama, Dulce Elizabeth, Sergio Friedrich, Pablo Matias, Derek Warwick, Walfrido Siqueira, Rafael Melo, Laura Menezes, Judye Rolim e Josealdo Rodrigues. Pessoas fabulosas que fizeram parte constante da minha jornada na odisseia chamada Graduação...

Aos Estudantes de Arquivologia da UFPB e UEPB os quais sei que me tem em grande estima e crédito, assim como os tenho em valor;

A Executiva Nacional dos Estudantes de Arquivologia – ENEA que me proporcionou aprendizados, experiências únicas e amizades, e em especial aos

membros desta, que fizeram parte das duas Gestões (2011/2012 e 2012/2013) nas quais atuei como representante dos Discentes de Arquivologia da UFPB.

Aos Arquivistas e Estudantes de Arquivologia de todo País, pela acolhida, crédito e respeito;

Aos funcionários da Coordenação de Graduação do curso de Arquivologia e em especial as pessoas de Alex e Aílla pela disponibilidade, eficiência e companheirismo;

Ao pessoal do NDPI/PROGEP/UFPB e em especial ao Márcio Palmeira, Jony Bezerra e Carlos Lazaro, assim como os dos outros tantos locais de minha reflexão quanto ao ensino-aprendizagem no transcurso de minha formação superior;

Aos funcionários do Arquivo Geral da UFPB e especialmente ao Amaral Neto, Clodemir Nascimento, Giovana Nathália, e Prof.^a Rosa Zuleide com os quais tive a oportunidade de refletir e amadurecer quanto acadêmica;

A todos os que mesmo sem que eu soubesse, em silêncio, torceram pelo meu êxito e felicidade acima de qualquer outra coisa;

A todos os Autores, cujas palavras serviram de base e inspiração, na construção de argumentos sólidos segundo o olhar científico, acerca das temáticas abordadas neste estudo;

Aos Professores Geysa Flávia e Hugo Enrique, por sua participação mais que salutar neste momento divisor de águas e que marca o encerramento de minhas atividades e contribuição quanto estudante do curso de Bacharelado em Arquivologia pela UFPB rumo a novos horizontes;

E claro, a Arquivologia que me fora uma verdadeira “fada madrinha” tanto na vida profissional quanto pessoal...

OBRIGADA!

A educação modela as almas e recria os corações. Ela é a alavanca das mudanças sociais. (Paulo Freire).

RESUMO

Aborda a temática dos desafios ocupacionais do profissional da informação, ou seja, os trabalhadores que atuam em Unidades de Informação (Arquivos, Bibliotecas, Museus e Centros de Documentação), por entender as potencialidades de riscos ambientais presentes nestes locais. Para realização do presente estudo fez-se uso da revisão bibliográfica acerca da temática "Medicina e Saúde Ocupacional" em livros, artigos científicos, manuais de biossegurança, revistas, periódicos eletrônicos, repositórios institucionais, e a própria legislação. Quanto à natureza, a pesquisa é do tipo aplicada e visa questionar e fazer recomendações no âmbito da Saúde Ocupacional voltada aos profissionais da informação. A pesquisa assume um caráter qualitativo sob a abordagem de um estudo de caso que teve como objeto o Núcleo de Documentação de Pessoal e Informação (NDPI), tutorado pela Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) onde se buscou responder as questões norteadoras deste estudo que englobam os riscos ambientais presentes no ambiente de trabalho. Por fim, mediante os aspectos levantados no transcurso da pesquisa apresentam-se os resultados que, por sua vez, demonstram que o NDPI sofre com problemas estruturais, como a falta de ambientes apropriados à acumulação de documentos o que é feito em salas inadequadas, além da presença de riscos ambientais que são potencializados pela falta de uso dos equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), já no âmbito dos fatores ergonômicos, estes, comprometem a saúde e execução profícua das atividades as quais o setor se propõe, como por exemplo, o atendimento aos usuários.

Palavra-chave: Saúde Ocupacional. Profissional da Informação. Riscos Ambientais. Unidades de Informação.

ABSTRACT

It discusses the topic of professional challenges of occupational information, i.e. work in units of information (archives, libraries, museums and documentation centres), to understand the potential environmental risks present in these locations. To carry out this study made use of the literature review on the topic "occupational health and medicine" in books, scientific articles, manuals, magazines, biosecurity, electronic journals, institutional repositories and the legislation itself. As to the nature, the survey is of type applied and aims to question and make recommendations in the context of occupational health professionals-focused information. The research takes a qualitative character under the approach that an affair had by study which subject the personal documentation and information center (NDPI), tutored by Office of personnel management (PROGEP) with the Universidade Federal da Paraíba (UFPB) which sought to answer the questions guiding this study that encompass the risks for a signed environment is the workplace. Finally, through aspects covered in the course search results which, in turn, demonstrate that the NDPI suffers from structural problems, such as lack of suitable environments for the accumulation of documents is done in inadequate rooms, in addition to the presence of environmental hazards that are enhanced by the lack of use of personal protective equipment (PPE) and collective protection equipment (EPC) the ergonomic factors, these, undertake health and fruitful implementation of the activities that the example proposed sector for, the service to users.

Keywords: Occupational Health. Information worker. Environmental Risks. Units of information.

LISTA DE SIGLAS

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS.

ABERGO – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ERGONOMIA.

CCS – CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE.

CID – CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE DOENÇAS.

CIPA – COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES.

CLT – CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS.

ENEARQ – ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ARQUIVOLOGIA.

EPC – EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO COLETIVA.

EPI – EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL.

EREBD – ENCONTRO REGIONAL DOS ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMETAÇÃO.

ETS – ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE.

GT – GRUPO DE TRABALHO.

IBICT – INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA.

ISO – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA ESTANDARIZAÇÃO.

MS – MINISTÉRIO DA SAÚDE.

MT – MINISTÉRIO DO TRABALHO.

NDPI – NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DE PESSOAL E INFORMAÇÃO

LISTA DE SIGLAS

NR – NORMA REGULADORA.

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO.

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE.

PROGEP- PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS.

REUNI – PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO DAS UNIVERSIDADES.

SENAI – SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL.

SIAPE – SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS.

SRH – SETOR DE RECURSOS HUMANOS.

SSO – SERVIÇO DE SEGURANÇA OCUPACIONAL.

UFPB – UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1 OBJETIVOS	18
1.1.1 Objetivo geral	18
1.1.2 Objetivos específicos	18
1.2 CAMINHOS METODOLÓGICOS	19
1.3 O Núcleo de Documentação de Pessoal e Informação – NDPI/PROGEP/UFPB: lócus da pesquisa	20
2. UNIDADES DE INFORMAÇÃO E RISCOS AMBIENTAIS	30
3. SAÚDE OCUPACIONAL / SAÚDE DO TRABALHO	44
4. BIOSSEGURANÇA, HIGIENE OCUPACIONAL E ERGONOMIA VOLTADAS AO PROFISSIONAL DA INFORMAÇÃO	57
5. CONDIÇÃO OCUPACIONAL NO NDPI: caracterização do ambiente	68
6. RECOMENDAÇÕES APLICADAS A SAÚDE OCUPACIONAL NO NDPI	76
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS	84
ANEXOS	88
Anexo 01 – Mapa Riscos/NDPI	89
Nota Sobre a Arte da Capa	90

I - INTRODUÇÃO

Constantemente discutida e difundida em meio às práticas de conservação e restauração seja na academia ou nas Unidades de Informação, como é o caso dos arquivos, bibliotecas e museus, a preservação esteve e apresenta-se até os dias atuais, muito atrelada a manutenção dos acervos no âmbito institucional (seus objetos ou unidades documentais) e até mesmo pelo envoltório destes compreendidos pela Arquitetura como sendo as paredes, piso e teto, além do ambiente externo entendido pelo conjunto de elementos que compõem o entorno, tais como avenidas, vegetação e construções que circundam as Unidades de Informação.

Todavia, o que se percebe é que a preservação pensada no âmbito dos profissionais que atuam nos locais de memória tem ficado em segundo plano ou equivocadamente subentendida nas entrelinhas do planejamento institucional, bem como nas práticas de ensino o que por sua vez parece um engano, uma vez que, os profissionais e estudantes que lidam com informação (em seus mais diferentes suportes), estão inseridos no contexto das Unidades de Informação de forma mais complexa, a que apenas, ocuparem um posto de trabalho, pois estes estão em permanente interação com os acervos documentais, instalações físicas e usuários da informação que possivelmente tem acesso e fazem uso dos serviços da unidade.

A escolha temática desta monografia para cumprimento dos créditos relacionados ao trabalho de conclusão do curso (TCC) de graduação em Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) vai de encontro: primeiro a possibilidade de estar abordando de forma tão abrangente, e ao mesmo tempo particular, um tema entendido como sendo relevante tanto na formação quanto na vida profissional dos indivíduos que passarão a trabalhar com a informação (compreendida em seus amplos contextos, formas e interações).

Segundo, por ser uma possibilidade de arquitetar sob a forma de escrita acadêmica e científica, palavras, ideias e pensamentos que transmitirão, bem como, permitirão aos leitores irem além do conhecimento a ser adquirido com este trabalho,

mas possibilitar a estes conhecer um pouco mais das nuances que estão postas nesta obra, pois é lendo o que o outro escreve que se passa a enxergá-lo sem “casca”.

E terceiro, por toda uma trajetória que se inicia bem antes da graduação, ainda nos cursos profissionalizantes do Serviço Nacional da Indústria (SENAI) da Paraíba, Unidade Odilon Ribeiro Coutinho, situado na cidade de João Pessoa, Bairro das Indústrias/PB, em que tive os primeiros contatos com a relevância da prevenção de riscos para uma vida profissional com qualidade, a exemplo da observância das normas e procedimentos a serem adotados no decorrer das aulas práticas desenvolvidas no curso de Artes Gráficas, devido ao maquinário pesado a ser manuseado, além do próprio ambiente em si de gráfica que oferta riscos desde o piso, solventes, tintas, pessoas, instrumentos de trabalho até o teto onde se encontra. A partir de então se fixou a noção de que um local destinado à produção, e principalmente por ser considerado como um ambiente de produção industrial, inconscientemente ficara registrado na memória, como um local “perigoso”, ou mesmo que oferece riscos a saúde dos indivíduos que fazem uso de tal espaço, mesmo que em fase de aprendizagem.

Porém, um ano mais tarde ao ingressar em um segundo curso profissionalizante na mesma unidade e instituição de ensino – SENAI/João Pessoa/PB, agora o curso de Assistente Administrativo no qual se pode debruçar, mais uma vez, sobre a temática de Prevenção de Acidentes de Trabalho, contudo em contexto disciplinar “Higiene e Segurança no Trabalho” que é ofertada pela Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) da instituição de ensino, porém sob uma ótica diferenciada, ou seja, diferentemente do caráter operacional e dirigido à área de produção industrial que é ministrado aos estudantes do curso de Gráfica, o enfoque muda de cenário e vai de encontro a uma esfera administrativa e, por sua vez, a abordagem até mesmo dos riscos se caracteriza pelas questões direcionadas ao ambiente corporativo mediante as peculiaridades do mesmo onde a preocupação ao em vez do acometimento por dano físico como uma barra de ferro que caía sobre o corpo, por exemplo, passa a ser muitas vezes por características psicológicas em virtude do *stress*, não que o dano físico estivesse excluído, porém vislumbrado em um espectro diferenciado.

Após a conclusão dos cursos profissionalizantes citados, com algum tempo depois veio o ingresso em um curso técnico na área de saúde, o curso Técnico em Biodiagnóstico na Escola Técnica de Saúde (ETS), localizada no Centro de Ciências da Saúde (CCS) da UFPB, o que proporcionara mais uma visão diferenciada sobre os aspectos que regem a segurança no local de trabalho, porém sobre um viés de manutenção da vida, que pode ser observado através de disciplinas específicas e com grande enfoque como fora o caso da disciplina de “Biossegurança em Laboratório”, em razão do ambiente de desenvolvimento das atividades práticas e principalmente do cenário a ser encontrado posteriormente a formação no mercado de trabalho, ou seja, potencialmente infectante por agentes intrínsecos ao ambiente de atuação: laboratórios de análises clínicas, processamento de tecidos humanos e patologias.

Concomitantemente, ao curso técnico na área de saúde ingresso na graduação em Arquivologia, espaço que na verdade, hoje, as vésperas de encerrar as atividades e tendo terminado o curso Técnico em Biodiagnóstico há aproximadamente dois anos o que se percebe é que em toda essa trajetória desde os cursos profissionalizantes e em todo o processo de formação para atuar em um ambiente informacional, como é o caso dos arquivos, vagamente ou mesmo quase que inexistente fora a abordagem dos riscos presentes na referida unidade de informação (arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação), mesmo, e como se pode perceber no transcurso da formação até os dias atuais em outras habilitações, que há a necessidade de se difundir conhecimentos a respeito das boas práticas em segurança do trabalho e mesmo na abordagem da saúde ocupacional, uma vez que, todo e qualquer indivíduo em contato com diferentes contextos ambientais, seja de trabalho, lazer ou estudo é passível a exposição a riscos, da mesma forma que, pode ser acometido por acidentes a qualquer momento, isto infelizmente não fora tratado, amplamente na formação do curso de graduação em Arquivologia da UFPB.

Entretanto, este não é um “privilégio” da área de Arquivologia, ou mesmo do curso ofertado pela UFPB, pois neste ultimo ano tive a possibilidade de trabalhar e aprofundar os conhecimentos sobre a temática no contexto do profissional da informação aqui compreendido pelos profissionais Arquivistas, Bibliotecários e Museólogos, como pode ser observado no estudo intitulado “Saúde Ocupacional na

Perspectiva do Profissional da Informação” apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Ciência da Informação e Gestão da Informação EREBD/N-NE em Abril do corrente ano.

Com a realização do estudo pode-se identificar que a temática “Saúde Ocupacional” voltada aos Profissionais da Informação, mesmo sendo um assunto de impacto real e que afeta diretamente a qualidade de vida e bem-estar destes profissionais como um todo, bem como a própria instituição a qual estes estejam vinculados, à relevância do tema não se reflete no número de publicações especializadas que é baixo.

O estudo ainda aponta que a literatura voltada às questões de segurança e saúde, além de serem pouco discutidas nos encontros promovidos por entidades e instituições da área a qual estes profissionais estão inseridos (Ciência da Informação), é notável o baixo número de publicações e pesquisas que abordem e principalmente busquem soluções visando melhorias constantes à situação ocupacional destes profissionais, que tem direta relação com a qualidade dos serviços de informação prestados pelas instituições.

Desta forma os profissionais da informação devem ser valorizados e encarados como “merecedores” de incentivos e garantias no transcurso de sua vida (ativa) no ambiente de trabalho e no âmbito da própria organização, pois quando existentes (os dispositivos de lei), muitas vezes, estes (os profissionais), não são contemplados por “não se adequarem” (ambiente ou atividades) aos requisitos normativos estabelecidos. Como é o caso do auxílio ou adicional de Insalubridade, muito raramente concedido aos Bibliotecários, Arquivistas e Museólogos, mesmo que as condições laborais estejam/sejam visivelmente (a qualquer leigo) inadequadas, isto sem mencionar a falta de incentivo por parte dos gestores na adequação dos espaços destinados aos acervos.

Outro ponto importante destacado é o universo ao qual o profissional da informação está inserido, e que muitas vezes por falta de informação/capacitação ou mesmo negligência, estes não se dão conta da relevância e real necessidade do uso dos equipamentos de proteção individual (EPI) ou coletivo (EPC), assim como a observação

das normas e procedimentos para execução de tarefas de forma segura, pois a falta de cuidado com o espaço e ações no trabalho, podem potencialmente ser fatores críticos e de risco a saúde ocupacional e que podem comprometer toda uma trajetória profissional.

Ainda este ano, no XVII Encontro Nacional dos Estudantes de Arquivologia (ENARQ) se teve a oportunidade de inserir e coordenar um Grupo de Trabalho (GT) no contexto da “saúde ocupacional”, como forma de promover a discussão em meio acadêmico e principalmente voltado aos estudantes da área de Arquivologia em específico.

Intitulado “Práxis, ética e saúde ocupacional” o GT foi uma forma bastante eficaz na promoção da temática, visto que, fora configurado como um espaço de construção coletiva que visou informar e capacitar os estudantes mediante o campo ético e da práxis ao qual o profissional Arquivista esta inserido, bem como, promoveu o desenvolvimento de um senso crítico no âmbito da Saúde Ocupacional, Biossegurança, Legislação e uso dos Equipamentos de Proteção Individual e Coletivos de maior espectro ao ambiente informacional (Arquivos) no qual se insere o Arquivista.

Com diálogos pautados a qualidade de vida e formação preventiva voltada ao pleno, consciente e reflexivo exercício do ofício Arquivístico, e em especial aos estudantes que estão ou pretendem ampliar o ensino/aprendizagem em Arquivologia, através da prática de estágio supervisionado fora e/ou dentro das instituições de ensino às quais estão inseridos e onde muitas vezes estes não dispõem de quaisquer orientações a cerca dos desafios éticos e ocupacionais que o exercício profissional pode lhes exigir no transcurso do desenvolvimento das atividades cotidianas no campo de estágio, ou mesmo, no mercado de trabalho em si, e, visando minimizar ou eliminar as possibilidades de que os primeiros passos rumo a uma carreira longa, quanto profissional da informação, se torne uma experiência traumática ou de uma cultura negligente.

Paralelamente a graduação em Arquivologia desde o início do ano de 2012 se vem desenvolvendo também a prática de estágio não obrigatório (como é conhecido o estágio remunerado na UFPB sem parâmetros curriculares) no Núcleo de Documentação de Pessoal e Informação (NDPI) da UFPB, local que já havia sido

ambiente do fazer voluntário logo no início da graduação, e passou da finalidade de ser um ambiente de aproximação da teoria a prática (consolidando assim o ensino e a aprendizagem), para um objeto conciliador do trabalho e estudo que, por sua vez, serviu e serve de inspiração, a partir da vivência cotidiana, para a realização de estudos científicos a exemplo da pesquisa mais recente de própria autoria intitulada “Consultoria Arquivística Aplicada a Gestão dos Produtos e Serviços de Informação de Informação no NDPI/UFPB”. E não diferentemente, ainda cumprindo assim seu papel fomentador quanto ao universo da pesquisa, e em virtude do espaço compreender todos os questionamentos, características e anseios a cerca da temática deste estudo, passou-se então a ré significado e incorporá-lo como objeto a ser analisado no âmbito desta pesquisa.

Toda esta gama de informações e trajetória faz perceber que estamos diante de um assunto relevante, porém ainda não havia se despertado, ou mesmo se debruçado e buscado compreender e por vezes disseminar/promover os conhecimentos acerca da temática em questão de forma tão direcionada, com tudo, face à justificativa apresentada, vale questionar... Como se configura a condição ocupacional dos profissionais da informação que atuam no NDPI/PROGEP/UFPB?

No intento de responder a esse questionamos traçamos os objetivos seguintes.

1.1 OBJETIVO GERAL

Analisar as Condições Ocupacionais do Núcleo de Documentação de Pessoal e Informação da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da Universidade Federal da Paraíba.

1.1.1 Objetivos específicos

- Mapear e as condições ocupacionais no NDPI/UFPB;
- Caracterizar as Condições Ocupacionais no NDPI/PROGEP/UFPB.

➤ Propor adequações e/ou inovações na relação condição ocupacional versus profissional da informação no NDPI/UFPB

1.2 CAMINHOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é uma das possibilidades de aperfeiçoamento e aprofundamento em determinados conteúdos temáticos presentes na academia, das quais, se pode absorver o máximo possível em todas as fases de sua realização, ou seja, desde a ideação, passando pelo planejamento, elaboração e execução, uma vez que, é através deste ambiente propício ao crescimento tanto do ponto de vista do ensino quanto da aprendizagem, bem como, das variáveis como iniciativa, disciplina, comprometimento e avanço na perspectiva profissional, que tal atividade irá despertar no indivíduo ainda quanto estudante, o interesse em trilhar uma carreira acadêmica sob o aspecto cientificista e desta forma vir a contribuir socialmente com a comunidade de onde se originou (BAPTISTA; PALHANO, 2011).

É partindo desde princípio que seguindo na construção deste estudo, onde se utilizou da pesquisa bibliográfica buscando-se abranger toda gama de publicações no tocante ao tema de estudo, estando ela presente em: livros, artigos científicos e periódicos das áreas de Saúde, Arquivologia, Ciência da Informação e áreas afins, disponíveis em bibliotecas da UFPB, sites e revistas especializadas na Web, bem como, repositórios de outras Universidades, além de portais de periódicos eletrônicos.

A fase do levantamento bibliográfico compreendeu um período que foi do mês de novembro do ano de 2012 e que se estendeu até a conclusão deste estudo, porém apresentou maior intensidade de busca e compilação nos meses de fevereiro e março do ano de 2013.

O presente estudo assume um caráter qualitativo visando sua melhor adequação, mediante as características da abordagem, nos caminhos que se pretendeu percorrer no transcurso da construção deste estudo, uma vez que, tem por preocupação básica do cientista social a estreita aproximação dos dados, de fazê-los falar da forma

mais completa possível, abrindo-se à realidade social para melhor apreendê-la e compreendê-la (MARTINS, 2004).

A pesquisa conta com a abordagem de estudo de caso, que Yin (1994) coloca como uma abordagem investigativa e confrontadora onde o agente ou mesmo o investigador se debruça sobre duas questões centrais o “como” e o “por quê?” na tentativa de se descrever situações complexas e interações de fatores relevantes ao experimento.

O objeto de estudo delimitado, contudo, fora o NDPI/PROGEP/UFPB, uma vez que, este se apresenta como propício e oportuno ao desenvolvimento da pesquisa sob a temática em questão, ou seja, a saúde ocupacional dos profissionais que lá atuam. Porém, faz-se necessário salientar, que as informações apresentadas se fizeram possíveis graças à comunicação direta tanto com os servidores e profissionais que lidam diretamente com a informação presente no acervo do NDPI, posto que, além de objeto de estudo o mesmo constitui-se como objeto de trabalho, configurando-se ainda como um polo de desenvolvimento de outras tantas pesquisas, contudo, o recorte quanto ao desenvolvimento do presente estudo em questão fora um ação pontual e que se iniciou no fim do ano de 2011.

1.3 O Núcleo de Documentação de Pessoal e Informação– NDPI/PROGEP/UFPB:

lócus da pesquisa.

Setor ligado diretamente a Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP), anteriormente denominado Arquivo do Setor de Recursos Humanos (SRH) nomenclatura que foi alterada pelo Conselho Universitário da Universidade Federal da Paraíba, no uso de suas atribuições e com base no art. 29, inciso XVI, do Estatuto e do Art. 124, inciso II do Regimento Geral da UFPB, (Processo nº 23074.022751/10-91) em sua Resolução Nº 28/2010, Art. 2º, que cria e estrutura a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas.

No período de mudança da nomenclatura do setor o então Pró-reitor de Recursos Humanos responsável, por sua vez, era o Professor Arimatéia¹.

Localizado na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) Campus I, Cidade Universitária no Castelo Branco da Cidade de João Pessoa – Paraíba, o NDPI é responsável pela tutoria, conservação e disseminação de informações, através do acesso as pastas dos servidores e documentos relacionados. Seu acervo é compreendido integralmente por documentação em gênero textual e informações registradas em suporte de papel, dispostos em caixas arquivo e pastas suspensas (aproximadamente dezenove mil) em armários arquivos de aço, ordenados numericamente por ordem de matrículas, e encontra-se fragmentado em quatro anexos, porém o setor possui um total de seis dependências (espaço físico) sendo duas destas para acomodação das secretarias situadas: uma no térreo e outra no primeiro andar.

O setor conta com um quadro de seis servidores efetivos, sendo estes compreendidos por: dois Arquivistas, três Técnicos Administrativos, um Auxiliar Administrativo, além de uma Estagiária (Cargo ocupado por mim desde o ano de 2011).

O Ramo de Atividade desempenhado pode ser definido como o de Serviços Arquivísticos e de Informação, onde as principais atividades são a Guarda e Recuperação da Informação, Conservação do Acervo, Disseminação da Informação, Acessória Arquivística, Atendimento ao Servidor/Usuário, Suprimento Informacional da PROGEP-UFPB. As atividades desenvolvidas pelo Núcleo são:

➤ *Atendimento ao Usuário e Pesquisador;*

Diariamente o NDPI cumpre seu papel de unidade disseminadora da informação, seja no atendimento aos usuários internos ou externos da esfera administrativa da UFPB, recuperando e repassando documentos do acervo, visando auxiliar a tomada de decisão por parte dos gestores.

Por sua aproximação com a graduação, frequentemente o NDPI atende as demandas informacionais de estudantes e pesquisadores que, por sua vez, são

¹ José de Arimatéia Menezes Lucena, Pró-reitor de Gestão de Pessoas da PROGEP/UFPB nas gestões de quatro reitorados, ou seja, de 2000 a 2012.

caracterizados como usuários potenciais, ou seja, aqueles em caráter “secundário” a prestação do serviço de informação (GINCHAT e MENO, 1992).

➤ *Recuperar/Disponibilizar documentos e informações do acervo para auxiliar no processo decisório da PROGEP (inclusive de servidores desligados e aposentados);*

Quando solicitadas: informações e documentos presentes nas pastas funcionais ou dispostos em caixas dentro do que tange o acervo, através do software “comunicador” ou mesmo por listas de remessa, os documentos tem de ser prontamente apresentados ao solicitante para fins de consulta.

➤ *Gerenciamento e empréstimo da documentação através de planilha eletrônica;*

Anteriormente ao uso das planilhas eletrônicas no NDPI, os empréstimos eram realizados através de fichas destinadas a este fim e o próprio caderno de protocolos, como forma de “agilizar” a demanda crescente de (principalmente) pastas funcionais para os setores da PROGEP, desenvolveu-se e passou-se a utilizar os formatos de planilha eletrônica para prover o empréstimo e acesso às demandas internas de forma mais ágil. Na planilha a de empréstimo (como é conhecida) os campos de entrada são: nome do servidor, matrícula UFPB e SIAPE, setor e servidor solicitante e data do empréstimo, bem como, nome do servidor/estagiário responsável pelo empréstimo. No ato da devolução ainda existe a possibilidade de se “dar baixa” preenchendo o campo da data de entrega/devolução.

➤ *Arquivar documentação dos Servidores nas respectivas pastas;*

Após o processo de disponibilização dos documentos (empréstimo para consulta), então solicitados pelos próprios servidores ou pela administração, estes devem ser conferidos no âmbito do conteúdo e condições do documento no ato da entrega e em seguida são devolvidos aos locais exatos de arquivamento prezando a

ordem original, da mesma forma que a estrutura e organização do acervo como um todo, uma vez que, uma pasta ou documento arquivado em local indevido pode comprometer toda uma estrutura e agenda de trabalho, por isso é uma atividade que requer competência, atenção e habilidade visando o bom andamento das demais ações e prestação de um serviço de qualidade por parte do Núcleo.

Alguns processos que se encontram organizados em caixas arquivos mais que também dizem respeito aos servidores da instituição e em virtude da falta de espaço físico para o crescimento do acervo, os documentos ao em vez de serem arquivados nas pastas funcionais são acomodados “provisoriamente” em caixas “coletivas”, ou seja, com mais de um processo de servidores diferentes.

➤ *Controle do recolhimento de documentos destinados ao acervo através de catálogos;*

O acervo do NDPI ainda configura-se como um fundo aberto, por esta razão, demandas de documentos, tais como processos, portarias, ofícios e certificados de capacitação dos servidores entre outros² são enviados para serem incorporados às pastas funcionais, assim como a inserção de novas pastas no acervo (em virtude da contratação de novos servidores).

Além da alternativa do uso de protocolo e protocolo eletrônico que, por vezes, podem falhar. Outra maneira encontrada para gerenciar o material a ser recolhido pelo Núcleo foi à observância da entrada da documentação em caráter permanente através de catálogos onde são inseridas as descrições através de indexadores, data e setor de emissão para tornar eficientes os processos de controle do material do acervo.

➤ *Implementar medidas de conservação ao acervo;*

Tão importante quanto dispor da informação é assegurar que esta se encontra de tal forma que se possa recuperar a informação contida em um suporte, de maneira eficiente e efetiva.

² Progressão Funcional, incentivo a qualificação, insalubridade e periculosidade, etc.

Assim, realizam-se medidas de conservação para os documentos, substituindo pastas danificadas, reajustando folhas rasgadas (na perfuração) devido ao manuseio, com a finalidade de dar longevidade e estética aos processos. As pastas quando necessário (devido à rasura) são trocadas e em seguida têm transferida a sua documentação para uma nova que possua a transcrição das informações presentes na capa e etiqueta da antiga, substituiu-se também ganchos de ferro e danificados por novos e de plástico, bem como foram removidos cliques e grampos enferrujados das capas.

Com esta atividade fomos em prática medidas que contribuiriam para a manutenção e longevidade dos documentos mantidos nos processos, ou seja, ações de conservação.

➤ *Triagem e Eliminação de cópias inutilizadas (que perdurem);*

Mesmo com as atividades de avaliação e seleção documental que visam encaminhar os documentos selecionados para a guarda permanente ou eliminação, é comum encontrarmos alguns documentos que perduraram a estas etapas de organização do acervo e nem sempre tem em sua guarda uma necessidade expressa para a instituição ou fins secundários a sua gênese. Desta forma no decorrer das atividades cotidianas identificamos uma série de documentos que já cumpriram suas funções administrativas e não possuem uma pretensão secundária e, quando assim o fazem consta há existência de originais sendo estes cópias, desta forma se propôs a eliminação de cópias sem finalidade alguma para a instituição ou sociedade. Mediante as recomendações da Tabela de Temporalidade da UFPB (quando contemplados os documentos) e consulta a Gestão superior, a documentação fora eliminada sem quaisquer prejuízos seguindo o requisito ambiental de submissão ao processo de picote e encaminhamento a reciclagem.

➤ *Elaboração de catálogo para lançamento de Informações (indexação) referentes aos servidores recém-admitidos;*

Os dados dos servidores recém-admitidos em concurso público muitas vezes nem sempre são imediatamente inseridos no sistema eletrônico da UFPB, bem como a recuperação das pastas dos servidores em geral, no acervo do NDPI é feita através do uso da matrícula interna, ou seja, UFPB ao invés de SIAPE.

Visando a manutenção das atividades, uso e disponibilização da informação constante no acervo, optou-se por elaborar um catálogo com informações base para facilitar o acesso através da indexação de conteúdos e assuntos onde a recuperação é feita através dos termos indexados, tais como nome, função, cargo, matrícula SIAPE, matrícula UFPB e setor de origem ampliando assim as possibilidades de entrada por parte de quem realizam a busca.



F. 01 - Secretária do térreo NDPI/PROGEP/UFPB

Na **Figura 01** está representada a secretaria do NDPI que funciona no térreo do Prédio da Reitoria, desempenhando as funções que antecederam até mesmo a mudança da nomenclatura de SRH para NDPI.



F. 02 – Secretária do 1º andar NDPI/PROGEP/UFPB

Na **Figura 02**, é possível visualizar a secretaria do 1º andar inaugurada na expectativa de que todo o acervo fosse relocado para um local apenas, assim centralizando-o. Infelizmente o fato não se concretizou (até a finalização do presente estudo) o que acarretou problemas quanto à logística de deslocamento dos profissionais e usuários, que tem de se dirigir de um pavimento superior para o inferior e vice - versa para ter acesso aos equipamentos de gestão e acervo documental da unidade.



F. 03 – Acervo/Documentação anexo 01 NDPI/PROGEP/UFPB

Na **Figura 03** pode-se ter uma vista do anexo do acervo do NDPI que compreende as primeiras peças documentais que iniciaram a acumulação do que se tem hoje em torno de dezenove mil pastas funcionais, ou seja, esta é a documentação de data mais antiga e que requer maior atenção quanto à guarda e manuseio. Esta documentação encontra-se depositada no 1º andar da Reitoria.



F. 04 Acervo/Documentação anexo 02 NDPI/PROGEP/UFPB

A **Figura 04** diz respeito ao anexo que comporta a maior parte do acervo e está localizado no térreo da reitoria em local a princípio “provisório” desde o ano de 2008, em virtude de um crescimento na produção e acumulação documental, advinda principalmente pelo programa de expansão e reestruturação universitária REUNI, visto que, a expansão exigiu um maior número de contratações, e consecutivamente o então arquivo de pessoal, passou a acumular um volume documental maior que o esperado em curto prazo.

A **Figura 05** (a seguir) mostra o anexo mais novo do acervo do NDPI, porém assim como é possível verificar na imagem 04, funcionará em caráter “temporário”. Na realidade após algumas semanas a parte superior dos armários arquivos já fora tomada por caixas de processos, semelhante ao caso anterior, porém a adaptação sofrida fora apenas às divisórias para a delimitação do ambiente (*hall* de circulação) que então acomodaria parte do acervo.



F. 05 – Acervo/Documentação anexo 03 NDPI/PROGEP/UFPB

A **Figura 06** mostra um dos anexos mais interessantes do NDPI, sua acumulação se deu nos últimos dois anos e até bem pouco tempo os servidores do setor não sabiam de sua existência, pois a documentação referente ao pessoal que está disposta erroneamente no chão e sobre outras caixas é curiosamente oriunda da produção advinda de um setor denominado “qualidade de vida” e que os servidores do mesmo só passaram a apresentar a documentação ao NDPI, quando a situação de recuperação tornou-se inviável.



F. 06 – Acervo/Documentação anexo 04 NDPI/PROGEP/UFPB

O presente texto encontra-se estruturado da seguinte maneira:

- O Capítulo II “*Unidades de Informação e Riscos Ambientais*” aborda a questão dos riscos ambientais, traçando um paralelo com os locais de guarda e acesso a informação, ou seja, as Unidades de Informação. Faz-se ainda uma reflexão sobre a informação e como esta influencia a mudança no paradigma social desde o processo de massificação da informação no período pós-guerra até os dias atuais com a chamada sociedade da informação e o contexto do modo de produção Capitalista;

- No Capítulo III “*Saúde Ocupacional / Saúde Do Trabalho*” partimos para a abordagem da saúde do trabalhador e das doenças de ordem ocupacional. Estão presentes ainda discussões sobre o que é saúde, saúde no contexto do trabalho e os avanços conquistados através da luta de classe, como é o caso das políticas públicas que estão expressas nas leis e normas, cujas quais têm de ser seguidas tanto pelos trabalhadores quanto pelas empresas as quais estes estão inseridos. São apresentadas ainda as Normas Reguladoras (NR) e as principais doenças relacionadas ao trabalho, listadas pelo Ministério da Saúde do Brasil;

- Já o Capítulo IV “*Biossegurança, Higiene Ocupacional E Ergonomia Voltadas Ao Profissional Da Informação*” trata da prevenção e preservação da saúde e bem-estar do trabalhador através do conhecimento presente nas Ciências que se desenvolveram com o passar dos anos desde a revolução industrial, como é o caso da Medicina no Trabalho, Biossegurança, Higiene Ocupacional e Ergonomia apresentando em destaque os EPIs e EPCs de maior espectro ao profissional da informação, bem como o instrumento que permite a fácil identificação e visualização dos riscos ambientais presentes no ambiente de trabalho, ou seja, o Mapa de Riscos.

II - UNIDADES DE INFORMAÇÃO E RISCOS AMBIENTAIS

A informação sempre teve seu papel preponderante na sociedade, seja na formação de valores, transmissão de conhecimento, construção de bases que permitiram sua evolução e mesmo na reconstrução do pensamento sobre culturas antepassadas, desta forma “a informação é o insumo básico do paradigma da sociedade do conhecimento. Em função disso, inúmeras têm sido as transformações verificadas no âmbito social, econômico e político” (BORGES, 1995, p. 12).

No contexto da ciência, a informação é um verdadeiro instrumento que possibilita aprimorar e perpetuar saberes, da mesma forma que a cada nova descoberta, avança nos estudos que permitem ao homem dar significado as coisas presentes no ambiente ao qual esteja inserido, bem como buscar melhores condições do ponto de vista da sobrevivência mutua, visando dentre outras coisas, o bem-estar das populações de modo geral, cujas quais passam a desperta para o valor que a informação e o conhecimento têm sobre as relações de vivencia cotidianas seja a nível pessoal ou profissional nos mais diferentes locais.

A mudança mais significativa que ocorre na ambiência é o que se convencionou chamar, entre outras denominações, de sociedade pós-industrial. Esta diz respeito essencialmente às mudanças na estrutura social, às transformações que se produzem na vida econômica e na estrutura profissional e, por fim, às relações que se estabelecem entre a teoria e a prática experimental, entre ciência e tecnologia (TARAPANOFF, 2000, p. 92).

Com os novos modelos de vida impulsionados massivamente pelo capitalismo a informação tomou cada vez mais um caráter competitivo, e esta não mais se comporta como um diferencial para quem a detém, mas toma para si um *status* de imprescindível às relações comerciais e pessoais no âmbito da nova conjuntura na qual se insere a sociedade que, por vezes, pode ser denominada sociedade da informação e

do conhecimento e que mediante ao uso da tecnologia tornou possível o acesso a vários outros locais e pessoas de maneira virtual, ou seja, sem necessariamente ter de se deslocar para isto, da mesma forma, este comportamento se apresenta com a informação que, então, acaba indo de encontro a quem lhe deseje acessar, salvo exceções de restrição a conteúdos indisponíveis ao grande público.

A sociedade da informação não é um modismo. Representa uma profunda mudança na organização da sociedade e da economia, havendo quem a considere um *novo paradigma técnico-econômico*. É um *fenômeno global*, com elevado potencial transformador das atividades sociais e econômicas, uma vez que a estrutura e a dinâmica dessas atividades inevitavelmente serão, em alguma medida, afetadas pela infraestrutura de informações disponível (TAKAHASHI, 2000, p.5).

Toda esta gama de possibilidades e informações diferentemente do contexto que há hoje, quanto à interoperabilidade e o acesso à web como recursos de busca e recuperação da informação, anteriormente a este momento, caso passemos a pensar no início da organização social e que se desenvolveu durante um longo tempo, quanto atividade era feito presencialmente, ou seja, na estrutura que configura todo aparato de documentos em meio físico, seja nos grandes centros de documentação e principalmente em acervos de bibliotecas e arquivos, o que conseqüentemente perdura em uma ampla parcela do atendimento a usuários até os dias atuais.

As unidades de informação (bibliotecas, centros e sistemas de informação e de documentação) foram e são, tradicionalmente, organizações sociais sem fins lucrativos, cuja característica como unidade de negócio é a *prestação de serviços*, para os indivíduos e a sociedade, de forma tangível (produtos impressos), ou intangível (prestação de serviços personalizados, pessoais, e hoje, cada vez mais, de forma virtual – em linha, pela Internet) (TARAPANOFF, 2000, p.92).

Acredita-se que durante um longo tempo, o papel de informar e de disseminar a informação presente nos mais diferentes acervos fora desempenhado pelas unidades de informação, aqui compreendidas pelos arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação e memória, ou mesmo, segundo o IBICT (1989), instituições voltadas para a aquisição, processamento, armazenamento e disseminação de informações, pois

as unidades de informação foram as responsáveis desde o surgimento da escrita formal e materialização da informação em suporte, por cumprindo um papel fomentador na sociedade quanto ao uso e valor que o conhecimento pode agregar aos indivíduos em prol da coletividade.

Arquivos, bibliotecas, centros de documentação e museus têm corresponsabilidade no processo de recuperação da informação, em benefício da divulgação científica, tecnológica, cultural e social, bem como do testemunho jurídico e histórico. Esses objetivos são alcançados pela aplicação de procedimentos técnicos diferentes o material de distintas origens (BELLOTTO, 2006, p. 35).

Porém, vale ressaltar que mesmo sob a ótica da responsabilidade para com a informação, ou seja, em informar, as unidades de informação possuem estruturas, pessoal e metodologias diferenciadas no tocante principalmente da composição de seus acervos, e que diferentemente da ideia errônea que uma grande parcela da população (leiga) possa imaginar, ou seja, que fazem parte de uma mesma estrutura e contexto, cada local tem suas especificidades, como trata Bellotto (2006, p.37);

Os documentos de biblioteca são resultado de uma criação artística ou de uma pesquisa; e podem ainda objetivar a divulgação técnica, científica, humanística, filosófica etc. É material que trata de informar para instruir e ensinar [...] Sua forma usual é a impressa e múltipla, isto é, a mesma obra pode existir em mais de uma biblioteca; [...] Os documentos de arquivo são produzidos por uma entidade pública ou privada ou por uma família ou pessoa no transcurso das funções justificam sua existência como tal, guardando esses documentos relações orgânicas ente si [...] são em geral exemplares únicos e sua gama é variadíssima, assim como sua forma e suporte; [...] Os documentos de museu originam-se de criação artística ou da civilização material de uma comunidade [...] A característica desses documentos é serem tridimensionais, isto é, serem objetos.

Também compreendidos como unidades de informação, os centros de documentação possuem sua dinâmica e características que os tornam o que são e que Bellotto (2006, p.37) continua descrevendo:

Os documentos de centros de documentação (considerado em sua definição estrita, como entidade que reúne em torno de uma especialidade bem determinada qualquer tipo de documento) são em geral reproduções (em

micro forma ou não) ou referências virtuais, que originariamente poderiam ser tipificados como documentos de biblioteca, arquivo ou museu. Material sonoro ou gravado, ou ainda em suporte eletrônico, desde que cópia ou reprodução, é também característico dos centros de documentação.

Assim como o avanço da tecnologia afetou bruscamente e vem em um constante crescente nas relações entre usuários e informação, visto que “após a segunda Guerra Mundial, a tecnologia do computador saiu dos limites do uso militar e começou uma lenta expansão pelas instituições públicas e privadas dos países do capitalismo central” (RONDINELLI, 2005, p.23), ou seja, este período foi o estopim para o remodelamento de toda uma forma com a qual se comportavam tanto a produção como a acumulação dos documentos.

O surto de progresso científico e tecnológico desencadeado a partir do século XIX, a rápida mudança dos limites de vários campos do conhecimento e as diversas relações estabelecidas entre eles, o aparecimento de novas especializações e profissões, a criação de vários tipos de organizações, as atividades de pesquisa ultrapassando os muros das universidades e inúmeros outros fatores contribuíram significativamente para o aumento da complexidade dos documentos. Tais fatos geraram grande massa de informações e novos tipos físicos de documentos [...] e mais recentemente, os produtos dos sistemas de computador – disquetes. CD-Rom (PAES, 2004, p. 16).

Paralelamente ao crescimento exponencial na produção documental, desde o período de pós-guerra, surgem também novas formas de olhares sobre a relação do trabalho e o trabalhador, pois com o advento da máquina a vapor e da Revolução Industrial, as fábricas puderam ser instaladas em outros locais que não necessariamente à beira do rio, surgiram assim às fábricas nas zonas rurais. Principalmente na Inglaterra, que foi o berço de tal Revolução.

Como medida alternativa e viável de trabalho, por vezes se explorou a mão de obra infantil, bem como a dinâmica de baixos salários e condições de trabalho consideráveis as piores possíveis, nasce, daí, após muitas disputas sociais, uma das primeiras leis de proteção a trabalhador, que restringia a dezesseis horas diárias a rotina de trabalho (SEIFFERT, 2010).

Nas últimas décadas, em virtude do avanço tecnológico dos processos produtivos de modo geral, mas particularmente em indústrias dos ramos químico e petroquímico, cuja maior complexidade e capacidade de gerar impactos socioambientais aumentaram, as organizações passaram a ser cada vez mais cobradas socialmente em relação aos problemas relacionados às atividades. Assim, itens relacionados à segurança industrial passaram a se tornar obrigatórios em sua pauta, particularmente no que tange a saúde ocupacional e questões ambientais e a gestão do risco a eles associados nas várias etapas dos processos organizacionais (VALLE, 2002, p.139).

Toda a produtividade e tecnologia disponível acarretaram ao homem mais trabalho e exige novas competências, bem como na produtividade tanto pessoal quanto profissional, uma vez que, independentemente da situação fica cada vez mais difícil para os indivíduos se distanciarem completamente do exercício de duas atividades, pois ao mesmo tempo em que se está presente fisicamente em seu local de trabalho/empresa possivelmente o funcionário pode conectar-se com indivíduos externos para resolver demandas familiares dentre outras ações fora do contexto institucional e vice versa, por exemplo, sem que necessariamente este “prejudique” sua produtividade tendo que deslocar-se a ambientes diferentes.

A multiplicidade de comandos e tarefas gera o novo paradigma do trabalho e com este são geradas e agregadas diversas outras variantes que somadas acabam por construir o cenário real na atualidade acerca do modo de vida/trabalho da sociedade da informação, o que não foi diferente no contexto das unidades de informação e seus profissionais que se encontram inseridos no *status* das novas demandas e exigências de produtividades e muitas vezes até se descuidam dos processos básicos no âmbito da preservação de sua integridade física o que é preocupante, visto que nos vários ambientes que podem compor uma unidade de informação, tais como o local de acondicionamento do acervo, setor de referência, setor de preservação e conservação, atendimento ao usuário etc. Estão expressos riscos de ordem ocupacional e os profissionais que lá atuam passíveis a exposição e de modo amplo quem ali transita ou mesmo desenvolve suas atividades de pesquisa ou consulta aos documentos presentes no acervo institucional.

Erroneamente vistos como sendo espaços imunes a riscos de ordem ocupacional estes locais de guarda, preservação e disseminação da informação como é o caso de Arquivos, Bibliotecas e Museus no Brasil, além de outros pontos de memória,

em virtude apenas da presença de documentos e usuários, e que os profissionais que lá atuam, por vezes estão munidos de recursos e infraestrutura em melhores condições que outros locais de trabalho, se comparado aos trabalhadores da construção civil, por exemplo, seja pela “facilidade” na execução das atividades ou simplesmente o amplo uso e acesso a novas tecnologias.

A realidade tende a desmistificar estes preconceitos ao nos depararmos muitas vezes com condições de trabalho limitantes ao potencial da equipe e a prosperidade das ações realizadas/desenvolvidas e até mesmo a que se propõe a própria instituição, ora pela falta de sensibilidade dos gestores ora a escassez de recursos financeiros, como é o caso de um bom atendimento ao usuário, preservação do acervo, etc.

Em contra partida a esta postura irresponsável, “os riscos ambientais constituem uma nova preocupação que deve estar presente nas decisões dos empresários e nos programas de imagem institucional das organizações” como afirma Valle (2002, p.48) que ainda endossa:

Os riscos ambientais constituem, portanto, uma preocupação que deve estar presente nas decisões dos empresários, que, para competir em um mercado aberto e globalizado, precisarão adequar-se tanto as leis e regulamentos internacionais, entre os quais se destacam as normas da série ISO 14000.

Muitas vezes os indivíduos acabam nem se dando conta de que, seja em um patamar físico na estrutura predial, no manuseio de documentos, nas relações de vivência ambiental e mesmo cotidiano das atividades, tais ações tendem a gerar fatores críticos e potencialidades de acidentes dentro dos ambientes de trabalho e que podem acometer os profissionais, visto que, os mesmos (riscos) incorporam sempre dois componentes: probabilidade de ocorrência e gravidade dos danos potenciais, mas as situações de riscos são classificadas em permanentes, frequentes, esporádicas e raras, assim como a severidade dos efeitos pode variar do grave ao negligível (VALLE, 2002), tais demandas, por sua vez, podem incidir negativamente sobre a produtividade deste trabalhador, o que na instituição acaba sendo gerado um efeito em cadeia, ou seja, uma baixa na produtividade quando há no universo de ações desempenhadas pela equipe,

uma lacuna que tem de ser preenchida por outro funcionário que se desdobrará em duas funções, isto quando possível.

Esse ciclo pode ser rompido quando, paralelamente ao tratamento do trabalhador doente, se fizer o tratamento do respectivo local de trabalho ou atividade, transformando esses ambientes em locais salubres, que é o objetivo da higiene ocupacional, deixando-os em harmonia com o trabalhador sadio, atingindo assim os objetivos maiores da saúde do trabalhador (PHILIP, 2004, p.261).

Neste contexto as unidades de informação podem ser potencialmente, agentes de disseminação de doenças, uma vez que, muitas possuem fatores de risco intrínsecos a sua infraestrutura, acervo e atividades técnicas (rotineiras) e de expediente, o que confere a estas, um alto potencial de contaminação pelo acúmulo de resíduos e um grande fluxo de usuários que, por sua vez, possuem diferentes hábitos higiênicos e condições de saúde, além de automaticamente estarem quase sempre se deslocando através de inúmeros outros ambientes institucionais e desta forma acabam entrando em contato com uma gama gigantesca de outros agentes contaminantes nos ambientes que circundam o acervo ou mesmo no meio externo como um todo, servindo assim de vetores de contaminação.

Os ambientes de bibliotecas, arquivos e museus não são ambientes refratários, estão repletos de agentes de risco que podem ser de origem física, química, biológica, ergonômica e de acidente. Os trabalhadores em sua jornada de trabalho são confrontados, a cada momento, com um destes agentes ou com todos ao mesmo tempo, sobretudo na manipulação do instrumental, na execução de técnicas de conservação, no manejo do acervo estando sujeitos a riscos de exposição, dano e acidente (SILVA, 2012, p. 145).

Percebemos que os próprios locais de trabalho, aqui compreendidos pelas unidades de informação, em razão do material, equipamentos e atividades, podem ser considerados potencialmente provedores reais de riscos ambientais causadores de danos à saúde dos profissionais que lidam com informação, ou seja, arquivistas, bibliotecários e museólogos, bem como os demais membros da equipe conhecidos por *Staff*, ou o pessoal terceirizado da área de serviços gerais, zeladores e vigilantes, que lidam

diretamente com o expurgo do material de expediente dos trabalhos realizados diariamente, como os dejetos dos visitantes, o próprio acervo em condições que inspiram cautela e etc.

A observância das normas de segurança no trabalho são fatores que tendem a corroborar tanto do ponto de vista da preservação do patrimônio material da instituição quanto dos indivíduos que compartilham o ambiente informacional. Por vezes os ambientes em unidades de informação têm sido encarados e visto do ponto de vista da estética e funcionalidade o que necessariamente não significa que os espaços estejam sendo pensados e principalmente planejados para o cumprimento de requisitos e condições funcionais ao perfeito desenvolvimentos das atividades no âmbito do trabalho e de rotina na unidade. O que pode ser por vezes, alarmante, uma vez que, são os requisitos que visam (dentre outras situações) a qualidade de vida ocupacional do profissional da informação e conseqüentemente dos demais membros da equipe e usuários que utilizam os serviços da instituição, que asseguraram a eficácia no cumprimento dos princípios aos quais ela se destina, tais como um bom atendimento, preservação adequada do acervo etc. Pois tudo isto está diretamente interligado a saúde do pessoal, ou seja, a execução das ações que movem o local.

Os riscos que os Profissionais da Informação expõem-se rotineiramente ao iniciar e encerrar suas atividades de expediente, ou seja, desde o atendimento ao usuário até o processamento interno do material ou documentação que provavelmente fora manuseada ao longo da jornada de trabalho, possuem características que os agrupam em categorias, assim os riscos podem ser classificados conforme a natureza de seus agentes (químicos, biológicos, físicos e psicossociais), sua fonte geradora (meios de transporte, fármacos e procedimentos médicos, hábitos individuais etc.) ou mesmo em relação ao sujeito do risco (riscos a segurança, riscos a saúde humana, riscos ambientais, riscos ao bem-estar público, riscos financeiros, riscos ocupacionais etc.). “Sob esse ângulo, não existe uma só organização social na qual os critérios para todos os tipos de risco tenham sido claramente estabelecidos; apesar disso, todos os conceitos de risco têm um elemento em comum: a distinção entre realidade e possibilidade” (SEIFFERT, 2010).

O os profissionais da informação podem, por sua vez, deparar-se no ambiente de trabalhado com Riscos Químicos: gases, vapores e os aerodispersóides na forma de poeira, fumos, névoas, neblinas e de fibras, se mantêm em suspensão no ar

contaminando os ambientes de trabalho e provocando desconforto, diminuindo a eficiência e a produtividade, sobre tudo provocando alterações na saúde dos trabalhadores, podendo chegar até às doenças profissionais com incapacitação e morte.

Em ambientes informacionais a concentração de poeiras torna-se um grande obstáculo tanto para o tratamento, quanto para a própria conservação dos materiais dos acervos, além de ser um fator diretamente ligado a doenças ocupacionais como alergias e problemas respiratórios.

Não o bastante os trabalhadores podem se expor ainda aos Riscos Físicos representados por ruídos, vibrações mecânicas e temperaturas extremas (ou mesmo que provoquem desconforto), radiações ionizantes, radiações não ionizantes e pressões atmosféricas anormais. Nos Arquivos frequentemente é possível verificar principalmente queixas de profissionais e usuários relacionadas a temperatura (calor) que, geralmente, mais elevado que o ambiente externo o que acaba promovendo o desconforto além de reduzir a produtividade em horas de trabalho destes profissionais e usuários nos postos de trabalho, bem como torna-se uma barreira a pesquisa junto aos acervos, que por outro lado, contam exatamente com a estabilização climática do ambiente para fins de preservação, o que por vezes é sempre condicionada ao “calor”, uma vez que, o custo e manutenção de um ambiente climaticamente refrigerado torna-se inviável a maioria das instituições (SPINELLI, 2006).

Ligados diretamente ao arranjo físico inadequado, máquinas e equipamentos sem proteção, iluminação inadequada, eletricidade, probabilidade de incêndio ou explosão, armazenamento de materiais de forma inadequada dentre outros, segundo a Norma Reguladora nº09 Portaria GM nº 3.214, de 08 de junho de 1978, os Riscos de Acidentes tão presentes nos setores voltados a Arquivos, Bibliotecas e Museus comprometem a integridade dos servidores expondo-os diretamente a situações de risco eminente e que muitas vezes não se tem qualquer instrução prévia de como proceder, o que agrava o cumprimento das leis e a questão ocupacional dos profissionais. É comum que devido a grande composição de material inflamável e falta de treinamento, além da constante exposição de fiações elétricas, bem como falta de EPI (equipamento de proteção individual) e EPC (equipamento de proteção coletiva), o clima de insegurança dentre os trabalhadores fique mais proeminente, ou seja, a qualquer momentos estes podem ser acometidos por uma situação indesejável e de risco.

Nesta mesma perspectiva em relação aos locais de trabalho, outros fatores atingem diretamente os profissionais da informação, como é o caso dos Riscos Ergonômicos, que dizem respeito às questões relacionadas à postura no local de trabalho, sono, monotonia, tarefas repetitivas, móveis e equipamentos inadequados, interação com o ambiente de trabalho de modo geral (fatores psicológicos e interpessoais) e por sua vez estes fatores são estudados no âmbito do que conhecemos por Ergonomia. Como define a Organização Internacional do Trabalho (OIT);

[Ergonomia] Aplicação das ciências biológicas humanas em conjunto com os recursos e técnicas de engenharia para alcançar o ajustamento mútuo, ideal entre o homem e seu trabalho e cujos resultados se medem em termos de eficiência humana e bem-estar no trabalho.

Ainda no patamar dos riscos ambientais, os profissionais da informação são bastante afetados durante a implementação de ações técnicas e de execução das atividades no trabalho, pelos agentes biológicos, nocivos à saúde e de amplo espectro, onde geralmente ao ser afetado o servidor ou um dos membros da equipe, os demais potencialmente estarão sujeitos a acabarem contaminando-se também e provavelmente pelo mesmo agente infeccioso. Ligados diretamente ao maior número de faltas nos postos de trabalho e afastamentos dos servidores nas instituições, assim os riscos biológicos:

[...] contaminam os ambientes ocupacionais são microrganismos como vírus, bactérias, protozoários, fungos, artrópodes, parasitas (helminthos) e derivados de animais e vegetais (agentes que provocam alergia) [...] Esse tipo de contaminação pode ocorrer pelo contato com materiais contaminados e pessoas portadoras de alguma doença contagiosa; por transmissão através de vetores (roedores, baratas, mosquitos, e animais domésticos); por contato com roupas e objetos de pessoas doentes; pela permanência em ambientes fechados; por acidentes com objetos pontiagudos, etc. (SPINELLI, 2006, p.17).

Diante destas informações pode-se considerar que o que ocorre nos acervos e nas próprias unidades de informação é algo como, uma subestimação ou mesmo desconhecimento do real valor informacional acerca dos riscos ambientais, o que corrobora para falta de informação e consciência por parte dos trabalhadores acerca dos

desvios ocupacionais impostos pela atividade profissional, através dos riscos presentes no ambiente de trabalho. Cabe, porém, as instituições realizarem o mapeamento e análise de riscos, visto que, é através do conhecimento e a gestão dos espaços que situações indesejáveis serão evitadas.

A análise de riscos é uma ferramenta muito importante para identificar os pontos, mais vulneráveis de uma instalação e de um processo, permitindo adotar antecipadamente as medidas preventivas que protegerão o meio ambiente e o homem, na eventualidade de um acidente [...] a partir da análise de riscos, com a identificação metódica das situações e dos elementos que podem contribuir para que ocorram os acidentes, pode-se elaborar um programa de redução ou minimização de riscos, com planos de contingência e emergência que cubram toda a empresa (VALLE, 2002, p.46).

Faz-se, também de extrema relevância a manutenção e promoção de medidas que visem à conscientização e prevenção acerca dos riscos presentes nos ambientes dos arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação e principalmente aqueles que incidem sobre a saúde dos trabalhadores.

A preservação, por sua vez, voltada à prevenção de doenças trabalhistas é um tema pouco explorado no âmbito da produção científica, mesmo sendo um tema recorrente entre os próprios profissionais da informação que cotidianamente se deparam com situações visíveis de contaminação nos locais de trabalho onde desenvolvem suas atividades, por sua vez este tema possui a maior importância e não apenas aos profissionais que lidam diretamente com acervos, como também a seus usuários, que perceptivelmente relatam incomodar-se com as condições do local de atendimento, sem mencionar que, para os gestores a qualidade de vida ocupacional dos seus colaboradores reflete diretamente na produtividade da instituição ou setor. O funcionário sadio rende lucros à empresa e promove um bom atendimento e cumprimento das demandas diárias de trabalho, contrariamente a um indivíduo enfermo. Como trata Spinelli (2006, pg.09);

O trabalhador exposto em um ambiente insalubre (contaminado por agentes físicos, químicos ou biológicos) pode vir a desenvolver uma doença, que o incapacitará para o trabalho. Se isso acontecer, ele se afastará do trabalho, e, após o tratamento, poderá estar novamente em condições de trabalhar, retornando ao mesmo local onde contraiu a doença. Provavelmente voltará a ficar doente, dessa vez, mais rapidamente até que fique totalmente incapacitado para o trabalho.

Compreendemos por preservação as ações que beneficiam a manutenção do bem ou dos bens culturais, considerando-se até mesmo Leis criadas para garantir a integridade do patrimônio, os mecanismos para viabilizar a realização de projetos de restauração, o cuidado com o meio ambiente que circunda o local ou ações como o desvio do trânsito para evitar a trepidação do prédio onde a obra ou acervo se encontra. Ligadas às iniciativas institucionais que visam garantir a integridade do bem que se deseja preservar. A preservação preventiva é a atividade responsável por todas as ações tomadas para retardar a deterioração e prevenir danos aos bens culturais por meio da provisão de adequadas condições ambientais e humanas (CALDEIRA, 2006).

Percebe-se que a preservação tem sido constantemente relacionada ao tocante dos acervos das Instituições de Memória e Unidades de Informação que aqui entendemos como todos/todas que têm corresponsabilidade no processo de recuperação da informação, em benefício da divulgação científica, tecnológica, cultural e social, bem como do testemunho jurídico e histórico (BELLOTTO, 2004). O que deixa claro que por vezes os procedimentos e medidas preventivas ligadas à saúde e integridade dos profissionais da informação têm ficado em segundo plano, quando na verdade a relação da saúde ocupacional dos Profissionais da Informação está imbuída na eficácia da preservação e propensão da seguridade do cervo, bem como da instituição custodiadora.

O que se percebe por vezes, é a restrição e limitação da proteção a saúde e integridade dos Profissionais que lidam com fontes de informação ser resumida ao uso de equipamentos de proteção individual (EPI), e por esta razão muitos dos trabalhadores ainda negligenciam o uso destes equipamentos de proteção maximizando os riscos de exposição a agentes danosos a saúde. A banalização das atividades e dos materiais que são manuseados no dia a dia pode gerar contaminações de origem química, através de pesticidas, reagentes e solventes, e macromoléculas orgânicas e inorgânicas; biológica pelo contato ou inalação de microrganismos como fungos, bactérias, vírus, insetos e outros, (SILVA, 2012).

Existe uma série ampla de políticas e ações institucionais que podem estar sendo atrelada às medidas de preservação a saúde, integridade e bem-estar na vida destes servidores, como é o caso da criação de uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) que por sua vez, é regulamentada por Lei, implementação de um

plano referente à Biossegurança voltada aos setores informacionais da instituição em específico para que se possa trabalhar a questão da prevenção de riscos de acidentes, bem como analisar as possibilidades de melhorias para o ambiente, outra medida que mesmo sendo uma iniciativa pós-prevenção, mas que reflete diretamente na melhoria da qualidade de vida do servidor como é o caso da concessão de Insalubridade que consta no Artigo 190 do Decreto-Lei de número 5.452 de 1º de maio de 1943, que aprova a consolidação das Leis do Trabalho. Já a Lei de número 6.514 altera a redação do capítulo V do título II da consolidação das Leis do Trabalho, relativo à Segurança e Medicina do Trabalho além de dar outras providências e servirá como recurso técnico orientador a este estudo.

Lembramos que a insalubridade é apenas um direito mediante as iniciativas em políticas de preservação voltada aos profissionais, e em se tratando de profissionais de informação, como é o caso dos Arquivistas e Bibliotecários, extraordinariamente estes têm consentido este direito por não enquadrar-se nos pré-requisitos mediante a legislação vigente. O que se torna complexo de se entender, uma vez que, os servidores encontram-se sujeitos a inúmeros riscos inerentes a suas atividades profissionais e que estão diretamente ligadas ao que rege as leis trabalhistas, sendo privados de um direito constitucional que lhes é negando sob a afirmativa de os riscos que os acometem não se enquadrarem nos requisitos legislativos, porém, no instante que qualquer usuário ou servidor depare-se com muitas das condições vivenciadas seja por Bibliotecários, Arquivistas ou Museólogos em seu local de trabalho é a constatação de que aquele é um ambiente insalubre, ou pelo menos que oferece nitidamente riscos a integridade e saúde destes profissionais.

Com a presença eminente de riscos se faz necessário, porém que as instituições tomem providência para minimizar os problemas relacionados aos mesmos, Assim como afirma Valle (2002, p.47);

A gestão de riscos ambientais em uma empresa moderna, consciente de seu papel na sociedade e zelosa de sua imagem, é, portanto, um tema que deve ser encarado com toda a atenção, fazendo parte de seu SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL (SGA).

As atividades de identificação, controle e adoção de medidas que visem à promoção da prevenção de riscos de acidente nos ambientes de trabalho dentro das instituições, são de responsabilidade das CIPAs, que além de orientar acerca dos procedimentos de uso de material específico necessário segurança laboral (NR. 6 – Ministério do trabalho e Emprego), a equipe integrante da CIPA, geralmente composta por indivíduos com formação na área de saúde, tem na Saúde Ocupacional (área do conhecimento que iremos tratar no capítulo seguinte) os conhecimentos e metodologias que visem o bem-estar e saúde do trabalhador.

III - SAÚDE OCUPACIONAL / SAÚDE DO TRABALHO

De caráter imprescindível as possibilidades de atuação tanto na vida pessoal quanto profissional, a saúde que é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício (Lei nº 8.080 de Set. de 1990), por sua vez merece ser encarada como bem, e desta forma necessita de zelo para que continue a contribuir, ou mesmo não interferir, com as expectativas diárias nas rotinas individuais e coletivas dos indivíduos, assim a “saúde é antes de tudo, uma condição oposta à de doença, de disfunção ou de incapacidade” (SOUTO, 2003, p.14), desta forma conforme a Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS):

O gozo do melhor estado de saúde que seja possível atingir constitui um dos interesses fundamentais de todo ser humano, sem distinção de raça, religião, opinião política, condição econômica e social [...] A saúde de todos os povos é condição fundamental para a consecução da paz e da segurança e depende da mais estreita cooperação de indivíduos e Estados.

Aspectos relacionados à saúde são sempre de ordem e interesse coletivo, uma vez que, é a partir de um Estado ou quadro saudável quanto ao corpo e a mente que o homem pode seguir no desenvolvimento pleno de seus planos e objetivos.

Entre os determinantes da saúde do trabalhador estão compreendidos os condicionantes sociais, econômicos, tecnológicos e organizacionais responsáveis pelas condições de vida e os fatores de risco ocupacionais – físicos, químicos, biológicos, mecânicos e aqueles decorrentes da organização laboral – presentes nos processos de trabalho (Ministério da Saúde, 2001).

Quando algo está fora da regularidade pode estar ocorrendo algum tipo de distúrbio e desta forma está incidindo negativamente sobre a desenvoltura de todo um sistema, como é o caso do corpo humano.

Uma melhor definição de saúde é a de que ela é resultante de um estado de equilíbrio, no qual os múltiplos e diversos fatores que tem influenciado sobre ela são igualados. É uma relação equilibrada, dinâmica e harmônica entre condições biológicas e o meio físico e social, isto é, como o meio ambiente. A doença ocorre quando o equilíbrio é perturbado pela alteração da força com a qual um ou mais fatores operam. Quando o sistema está em estado de equilíbrio, a saúde prevalece. Quando, ao contrário, qualquer das forças muda, sobrevém o desequilíbrio, por tanto, a doença. Assim, a doença é sinal de que o equilíbrio foi rompido (SOUTO, 2003, p.19).

Não diferentemente nas organizações a saúde é preponderante ao bom desempenho do sistema, pois tanto os processos como operações requerem que se tenha frente a eles o controle e comando sobre as atividades a serem desenvolvidas. Desta forma, assim como em um organismo se algo ou alguma das partes não ou vai bem é sinal de que há a necessidade de se corrigir prontamente o problema, visto que, uma baixa no quadro de colaboradores implica também em toda uma quebra na estrutura lógica de ações junto à instituição, o que funciona basicamente como um efeito dominó dentro da organização. Assim como todo organismo e sua composição celular, onde estas possuem suas especificidades e valores individuais em prol de um coletivo, empresas mediante a adoção deste modelo denominado auto-organização/celular, já obtiveram grandes resultados favoráveis tornando este método uma verdadeira filosofia para a empresa (TOVAR, 2013).

Assim compreendidas, as instituições, mais que profissionais possuem na verdade “células” integrantes do sistema corporativo, ou seja, cada profissional possui sua função que está intrinsecamente relacionada e interligada (no ato de seu pleno desempenho) ao bom funcionamento da estrutura corporativa, caso algo negativo acometa a uma das partes, toda estrutura será prejudicada.

Entendida assim, a saúde como quesito fundamental ao bem-estar e de valor tanto institucional quanto ao próprio indivíduo, para que esta, por sua vez, venha a ser possível, se faz necessária a manutenção constante da mesma que, no entanto requer, na sociedade em que vivemos hoje, regida pelo modo capitalista, recursos financeiros para que então se possam prover os elementos essenciais a sua manutenção.

A saúde é assim, sem dúvida, condição fundamental e imprescindível à produtividade do homem. É um verdadeiro capital à disposição do homem, razão porque passou a constituir pré-condição não somente para o crescimento, mas principalmente para o desenvolvimento econômico (SOUTO, 2003, p. 30).

O modo pelo qual o homem barganha sua mão de obra em prol de benefício ou margem financeira muitas vezes buscando exatamente subsídios, afim de que se possa segurar o mínimo da qualidade de sua vida pode ser compreendido por trabalho, que por sua vez, também “é entendido como todo esforço que o homem, no exercício de sua capacidade física e mental executa para atingir seus objetivos em consonância com princípios éticos” (SOUTO, 2003, p. 37).

Trabalhadores são todos os homens e mulheres que exercem atividades para sustento próprio e ou de seus dependentes, qualquer que seja sua forma de inserção no mercado de trabalho nos setores formais ou informais da economia. Estão incluídos nesse grupo todos os indivíduos que trabalham ou trabalham como empregados assalariados [...] Também são considerados trabalhadores, aqueles que exercem atividades não remuneradas habitualmente, em ajuda a membro da unidade domiciliar que tem uma atividade econômica; como aprendiz ou estagiário; e aqueles temporária ou definitivamente afastados do mercado de trabalho por doença, aposentadoria ou desemprego (MS, 2000).

Vale ressaltar que as relações estabelecidas entre os provedores da mão de obra (trabalhador) e o empregador, por vezes tem sido conflitante desde os primeiros “contratos” firmados entre ambas as partes, pois muitas vezes a foça dominante passou a escravizar, depois explorar e violentar no âmbito do trabalho seus subordinados.

Ao falarmos de violência do trabalho, referimo-nos à violência que se origina no modo de produção e toma corpo na organização do processo do trabalho provocando sofrimento, desgaste, adoecimento e, finalmente a morte relacionados ao trabalho [...] Entretanto ressaltamos que se deve compreendê-la como uma das manifestações daquilo que denominamos violência estrutural, como um aspecto de uma forma social mais ampla. Em suma, o que é violento no trabalho se liga não ao trabalho em si, mas à estrutura organizacional, técnica e social deste (MENDES, 2007, p. 1645).

Em outras palavras a relação que estão postas no ambiente são sem sombra de dúvidas conflitantes, uma vez que, envolvem interesses de ambas as partes. Porém, com

o desenvolvimento técnico científico cada vez mais presente nos modos de produção a perspectiva da violência vem ganhando novo enquadramento cada vez mais sutil e presente nas corporações.

Além da violência perpetrada pelas condições, materiais e ambientais, de trabalho insalubre, outra forma de violência do trabalho que vem se intensificando, especialmente com as mudanças na organização do trabalho, é aquela ligada à carga e ritmo de execução das tarefas. As formas de controle de atividade do trabalhador, visando à redução dos tempos mortos de trabalho, impondo cadências cada vez mais intensas e formas de trabalho muitas vezes inadequadas, em si, intensificando o risco. Além disto, estas vêm se tornando cada vez mais sutis e eficazes, fazendo com que os trabalhadores tenham menos capacidade de controle sobre o próprio trabalho e sobre os riscos a que estão expostos. O resultado disto é como já se poderia esperar, sofrimento psíquico e aumento do risco de doenças e acidentes (MENDES, 2007, p. 1645).

Como se pode perceber, as perdas de ordem ocupacional pelos trabalhadores advindos do convívio diário em um ambiente de trabalho inadequado chamam a atenção, porém em se tratando de ambiente este é um termo polissêmico, com o qual se deve ter muito cuidado no momento da implantação de um sistema de gestão integrado no que tange a suas implicações. Assim, todo impacto que excede os limites da organização, afetando a comunidade circunvizinha, é considerado como ambiental e quando se restringe aos limites da organização é considerado Serviço de Segurança Ocupacional (SSO) (SEIFFERT, 2010, p.19).

Visando o provimento no âmbito da vida e atuação profissional que ao longo de vários anos e em grande parte concentrados no período pós-guerra, estudos na área da saúde acabaram se desenvolvendo no cumprimento da perspectiva saúde/trabalho o que acarretou a classe trabalhadora e aos cientistas uma visão aprofundada segundo a ótica das relações homem e ambiente de trabalho.

Os avanços advindos dos conhecimentos advindos destes estudos preliminares somados a uma longa empreitada científica deram origem à área do conhecimento incumbida das nuances da saúde no espectro organizacional e periférico, ou seja, a Saúde Ocupacional que, por sua vez, desdobra-se por sobre a Terapia Ocupacional, Higiene Ocupacional dentre outras ações disciplinares que visem o provimento do bem-estar profissionais dos trabalhadores.

Segundo a Organização Mundial do Trabalho conjuntamente a Organização mundial de saúde em 1950 a Saúde ocupacional é entendida por uma ciência que visa a promoção e manutenção do mais alto grau de bem-estar físico, social e mental dos trabalhadores em todas as ocupações.

Recentemente, e no intuito de melhor definir o âmbito de ação dessa ciência, seu nome foi trocado para saúde do trabalhador, justamente tendo em mente que os agravos à saúde das pessoas que trabalham não devem exclusivamente do local de trabalho, mas de todos os locais onde trabalham e vivem (PHILIP, 2004, p.260).

A saúde do trabalhador, quanto política pública no Brasil passou a tomar corpo a partir do século XX, assim após todo processo de colonização e modelamento das relações do trabalho, bem como do avanço tecnológico implementado cada vez mais nas empresas nacionais a comunidade de trabalhadores organizados através de cooperativas e sindicatos passou a pressionar o governo em prol de garantias que visassem exatamente os princípios necessários à demanda ocupacional da classe trabalhadora no país.

A Saúde do Trabalhador constitui uma área da Saúde Pública que tem como objeto de estudo e intervenção as relações entre o trabalho e a saúde. Tem como objetivos a promoção e a proteção da saúde do trabalhador, por meio do desenvolvimento de ações de vigilância dos riscos presentes nos ambientes e condições de trabalho, dos agravos à saúde do trabalhador e a organização e prestação da assistência aos trabalhadores, compreendendo procedimentos de diagnóstico, tratamento e reabilitação de forma integrada, no SUS (MS, 2001).

Um dos marcos no processo de afirmação das bases da saúde ocupacional ou do trabalho fora conquistado através da Lei Nº 8.080 de 19 de setembro de 1990 (conhecida também por “LOS”) que trata das condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, bem como o texto conquistado através da publicação do texto na

Lei magna, ou seja, a Constituição Federal de 1988 em seu Capítulo II, Art. 7º incisos XXII, XXIII e XXVII.

Art. 7º - São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem a melhoria de situação condição social:

XXII – Redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

XXIII – Adicional de remuneração para atividades penosas, insalubres ou perigosas na forma da lei;

XXVIII – Seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigada, quanto incorrer em dolo ou culpa;

A respeito da insalubridade, fazendo um adendo e retomando a questão de que os profissionais da informação (salvo exceções de provimento jurídico) arquivistas, bibliotecários e museólogos raramente são contemplados por esta remuneração adicional concedida por órgão de avaliação específico nas instituições, a exemplo da CIPA dentre outros, baseando-se principalmente nas condições laborais, ou seja, presença de resíduos e agentes presentes no ambiente de trabalho como já visto no capítulo sobre “*Unidades de Informação e Riscos Ambientais*”.

Cabe salientar que mesmo com a presença de poeira, utilização de soluções aquosas (com base de álcool ou formas diluídas deste), solventes, ou seja, elementos que se enquadram nas categorias de riscos ambientais de ordem química, ergonômica, física, biológica e de acidentes em virtude da classificação dos níveis estabelecidos na publicação do Ministério da Saúde a cerca da “*Classificação de risco dos agentes biológicos*” (2006).

- Classe de risco 1 (baixo risco individual e para a coletividade): inclui os agentes biológicos conhecidos por não causarem doenças em pessoas ou animais adultos saudáveis. Exemplo: *Lactobacillus SP.*
- Classe de risco 2 (moderado risco individual e limitado risco para a comunidade): inclui os agentes biológicos que provocam infecções no homem ou nos animais, cujo potencial de propagação na comunidade e de disseminação no meio ambiente é limitado, e para os quais existem medidas terapêuticas e profiláticas eficazes. Exemplo: *Schistosoma mansoni.*
- Classe de risco 3 (alto risco individual e moderado risco para a comunidade): inclui os agentes biológicos que possuem capacidade de transmissão por via respiratória e que causam patologias humanas ou animais, potencialmente letais, para as quais existem usualmente medidas de tratamento e/ou de prevenção. Representam risco se disseminados na

comunidade e no meio ambiente, podendo se propagar de pessoa a pessoa. Exemplo: *Bacillus anthracis*.

- Classe de risco 4 (alto risco individual e para a comunidade): inclui os agentes biológicos com grande poder de transmissibilidade por via respiratória ou de transmissão desconhecida. Até o momento não há nenhuma medida profilática ou terapêutica eficaz contra infecções ocasionadas por estes. Causam doenças humanas e animais de alta gravidade, com alta capacidade de disseminação na comunidade e no meio ambiente. Esta classe inclui principalmente os vírus. Exemplo: *Vírus Ebola*.

- Classe de risco especial (alto risco de causar doença animal grave e de disseminação no meio ambiente): inclui agentes biológicos de doença animais não existentes no País e que, embora não sejam obrigatoriamente patógenos de importância para o homem, podem gerar graves perdas econômicas e/ou na produção de alimentos.

De modo geral o que o que ocorre é o enquadramento dos riscos presentes no ambiente informacional como de baixo risco individual e a coletividade, porém, cabe frisar que dependendo das atividades prestadas pela Unidade os índices de contaminação e inclusive a classificação segundo o entendimento comum pode variar da mesma forma que cada local tem suas especificidades, daí a necessidade de um olhar mais humano a causa ocupacional dos arquivos, bibliotecas e museus, uma vez que, os próprios usuários por vezes avaliam o ambiente como impróprio, na maioria dos casos, a realização de seus trabalhos, bem como dos profissionais que lá atuam, principalmente em si tratando dos órgãos públicos.

Retomando o contexto da Saúde ocupacional do Brasil, ainda podem-se indicar avanços além da Constituição Federal e da LOS, outros instrumentos e regulamentos federais orientam o desenvolvimento das ações nesse campo, no âmbito do setor Saúde, entre os quais se destacam a Portaria/MS n.º 3.120/1998 e a Portaria/MS n.º 3.908/1998, que tratam, respectivamente, da definição de procedimentos básicos para a vigilância em saúde do trabalhador e prestação de serviços nessa área. Outro ponto é a criação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), inclusive anterior à Constituição Federal datada de 1º março de 1943, que passa a ser modificada em 1978, pela Lei n.º 6.514 através da Portaria de n.º 3.214. Em contra partida ao ato de modificação da CLT a Portaria ainda aprova outro marco dentro da normalização da saúde do trabalho, ou seja, as Normas Reguladoras (NR) que passam então a nortear especificamente a aplicação da legislação de promoção da segurança e da proteção da saúde dos trabalhadores.

Atualmente as Normas Reguladoras de Segurança e Saúde no Trabalho na perspectiva do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) do Brasil, somam o número total de trinta e seis normas e se encontram disponíveis em arquivo digital na íntegra no site do órgão.

De modo geral as NRs abordam os seguintes contextos, conforme **Quadros 01 e 02** apresentados a seguir:

Quadro 01 – Normas Reguladoras.

NORMAS REGULADORAS E SEUS DISPOSITIVOS	
NR - 01	Disposições Gerais;
NR - 02	Inspeção Prévia;
NR – 03	Embargo ou Interdição;
NR – 04	Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho;
NR – 05	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes;
NR – 06	Equipamentos de Proteção Individual;
NR – 07	Programas de Controle Médico de Saúde Ocupacional;
NR – 08	Edificações;
NR – 09	Programas de Prevenção de Riscos Ambientais;
NR – 10	Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
NR – 11	Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais e Anexo - Regulamento Técnico de Procedimentos para Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Chapas de Mármore, Granito e outras Rochas;
NR – 12	Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos;
NR – 13	Caldeiras e Vasos de Pressão;
NR – 14	Fornos;
NR – 15	Atividades e Operações Insalubres;
NR – 16	Atividades e Operações Perigosas;
NR – 17	Ergonomia;
NR – 18	Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;

Quadro 02 – Normas Reguladoras.

NORMAS REGULADORAS E SEUS DISPOSITIVOS	
NR – 19	Explosivos;
NR – 20	Segurança e Saúde no Trabalho com Inflamáveis e Combustíveis;
NR – 21	Trabalho a Céu Aberto;
NR – 22	Segurança e Saúde Ocupacional na Mineração;
NR – 23	Proteção Contra Incêndios;
NR – 24	Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho;
NR – 25	Resíduos Industriais;
NR – 26	Sinalização de Segurança;
NR – 27	Revogada pela Portaria GM n.º 262, 29/05/2008 Registro Profissional do Técnico de Segurança do Trabalho no MTB;
NR – 28	Fiscalização e Penalidades;
NR – 29	Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho Portuário;
NR – 30	Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho Aquaviário;
NR – 31	Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura;
NR – 32	Segurança e Saúde no Trabalho em Estabelecimentos de Saúde;
NR – 33	Segurança e Saúde no Trabalho em Espaços Confinados;
NR – 34	Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção e Reparação Naval;
NR – 35	Trabalho em Altura;

Mais recentemente, por volta da década de 1990, em caráter internacional passou-se a desenvolver uma série de normas que visam o estabelecimento de diretrizes a cerca da gestão ambiental dentro das organizações através das normas criadas pela *International Organization for Standardization (ISO)*, no caso do Brasil o órgão regulador das normas em caráter técnico é a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Podemos destacar entre as Normas ISO, as de número 14000, 14001 e OHSAS 18001, como preponderantes a Gestão do Ambiente em locais de trabalho.

A norma OHSAS 18001 estabelece um processo de gestão de SSO que tem por princípio a redução ou eliminação completa dos riscos pertencentes na organização

aos quais os trabalhadores estão expostos no dia a dia de realização de suas atividades, além dos indivíduos que de forma indireta possam estar expostos a determinados riscos.

A ISO 14000 é em linhas gerais, uma série de normas que oferecem orientações gerenciais para as atividades que interferem no meio ambiente ou que repercutam no mesmo. O resultado da utilização dessas normas, com tudo, está para além dos resultados unicamente ambientais.

Já a norma ISO 14001 foi criada com o intuito de gerenciamento de atividades que oferecem impactos ambientais e por sua vez é parte integrante do conjunto de normas da ISSO 14000 é mundialmente adotada e reconhecida, pois apresenta os requisitos e orientações cabíveis para a consolidação de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA), ou seja, qualquer tipo de organização disposta a implantar tal sistema, poderá tomar como base a mesma, focando principalmente na evolução contínua de sua gestão ambiental e em níveis de excelência junto aos indicadores de desempenho. A norma ISO 14001, ou a própria família de Normas 14000 à qual ela pertence, é um exemplo de normalização (VALLE, 2002).

Em contra partida as políticas e ações de saúde do trabalhador que “têm como foco as mudanças nos processos de trabalho que contemplem as relações saúde-trabalho em toda a sua complexidade, por meio de uma atuação multiprofissional, interdisciplinar e intersetorial” (Ministério da Saúde, 2001) e que ainda visam o gerenciamento dos males ocupacionais que vem a acometer o trabalhador. Há por sua vez, uma diversidade de organismos e agentes patógenos que de maneira relevante apresentam-se nos postos de trabalho incidindo sobre os profissionais que uma vez expostos podem adoecer e até comprometer toda uma carreira produtiva. As doenças mais frequentes relacionadas ao trabalho encontram-se mapeadas de acordo com a Classificação Internacional de Doenças – CID 10 (OMS, 1995).

Segundo o Ministério da Saúde do Brasil (2001) as doenças infecciosas e parasitárias relacionadas ao trabalho apresentam algumas características que as distinguem dos demais grupos:

- Os agentes etiológicos não são de natureza ocupacional;

- A ocorrência da doença depende das condições ou circunstâncias em que o trabalho é executado e da exposição ocupacional, que favorece o contato, o contágio ou a transmissão.

Muitas dessas doenças são evidenciadas por meio da observação dos próprios trabalhadores com queixas relativas à saúde, que as atribuem às condições, aos métodos e aos produtos usados em seu trabalho e as comunicam aos médicos. O chamado conhecimento empírico desses trabalhadores é valioso instrumento para dar início às investigações sobre doenças relacionadas ao trabalho, que podem levar, algumas vezes, a resultados positivos (SOUTO, 2003, p.80).

No **Quadro 03** são apresentadas as doenças infecciosas relacionadas com o trabalho, bem como estão listados os agentes causadores destas, segundo Portaria/ MS nº 1.339/199.

DOENÇAS TRABALHISTAS DE ORDEM BIOLÓGICA		
Patologia	Classificação segundo CID	Agente Patógeno
Tuberculose;	(A15- e A19.-)	Bactéria
Carbúnculo;	(Antraz) (A22.-)	Bactéria
Brucelose;	(A23.-)	Bactéria
Leptospirose;	(A27.-)	Bactéria
Tétano;	(A35.-)	Bactéria
Psitacose, ornitose, doença dos tratadores de aves;	(A70.-)	Bactéria
Dengue (dengue clássico);	(A90.-)	Vírus
Febre amarela;	(A95.-)	Vírus
Hep atites virais;	(B15- e B19.-)	Vírus
Doença pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV);	(B20- e B24.-)	Vírus
Dermatofitose e outras micoses superficiais;	(B35.-) (B36.-)	Fungo
Candidíase;	(B37.-)	Fungo
Paracoccidiodomicose (blastomicose sul americana, blastomicose brasileira, Doença de Lutz);	(B41.-)	Fungo
Malária;	(B50- e B54.-)	Parasita
Leishmaniose cutânea ou leishmaniose cutâneo-mucosa;	(B55.1) (B55.2)	Parasita

Quadro 03 – Doenças relacionadas ao Trabalho.

Vale salientar que além das doenças abordadas no quadro, que por sua vez estão em conformidade aos padrões do MS, se acrescentariam as doenças de ordem viral (causadas por vírus): gripes virais e herpes; de ordem bacteriana (provocadas por bactérias): pneumonia e meningite.

O campo do conhecimento responsável pelos diagnósticos, tratamento e reintegração dos trabalhadores as suas rotinas de trabalho é entendido por Medicina do Trabalho.

Institucionaliza pela sociedade, como uma especialidade, para dar cumprimento à doutrina que aflora dos postulados constitucionais, a medicina do trabalho enfrenta, com o auxílio de todo o arcabouço científico que constitui a medicina, os problemas relativos ao atendimento das necessidades humanas básicas das pessoas que trabalham, tendo como principal objetivo estabelecer o equilíbrio do homem com sua ocupação e seu ambiente de trabalho (SOUTO, 2003, p.259).

Claramente o Profissional que atua na condição de médico do trabalho é um profissional formado e com especialização na área trabalhista, diferentemente dos membros componentes da CIPA que tem por natureza sua característica interdisciplinar. Mesmo que seja em sua grande parcela seja composta por profissionais da área da saúde. Assim o médico do trabalho, está apto a identificar e tratar as doenças relacionadas a causalidade do ambiente de trabalho.

Porém, nem só de doenças advindas de agentes biológicos é feita a relação doença-trabalhador, pois da mesma forma que os riscos ambientais se subdividem em biológicos, físicos, químicos, ergonômicos e de acidente cada um destes, e respectivamente seus agentes, oferecerão riscos a segurança e qualidade de vida e saúde do trabalhador. Para fins de maiores esclarecimentos é recomendado que retorne ao capítulo sobre “*Unidades de Informação e Riscos Ambientais*”.

No âmbito da saúde ocupacional nos deparamos com um portfólio vasto de ações, porém além das abordadas até então, ainda se destacam de maneira pontual as

relacionadas com a atuação da Biossegurança a exemplo da Ergonomia e a Higiene ocupacional que se apresentam com metodologia bem desenvolvida e de fundamental contribuição às discussões a cerca da Saúde Ocupacional e que por sua vez passaremos a tratar no capítulo seguinte.

IV - BIOSSEGURANÇA, HIGIENE OCUPACIONAL E ERGONOMIA VOLTADAS AO PROFISSIONAL DA INFORMAÇÃO

Antes de adentrarmos em qualquer tipo de discussão faz-se necessário apresentar conceitos introdutórios com o intuito de informar a cerca do conteúdo temático ao qual engloba a Biossegurança. Desta forma optou-se por enquadrar primeiramente o conceito adotado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e que se encontra alocado em seu *Site* na *Web* em virtude da repercussão e de que este seja exatamente o órgão/instrumento do governo responsável pelo controle e promoção da saúde no Brasil e que define:

Biossegurança é o conjunto de ações destinadas a prevenir, controlar, diminuir ou eliminar riscos inerentes às atividades que possam comprometer a saúde humana, em virtude da adoção de novas tecnologias e fatores de risco a que estamos expostos. A Biossegurança em Saúde contribui substancialmente para a qualidade, promoção e proteção a saúde, assegurados nos princípios básicos do SUS e as políticas governamentais do programa “Mais Saúde”.

Ainda no contexto da Biossegurança, cabe destacar que o SUS realiza suas ações através da Comissão de Biossegurança em Saúde (CBS), instituída pela Portaria GM/MS n.º 343, posteriormente revogada e substituída pela Portaria GM/MS n.º 1.683, de 28 de agosto de 2003. Tal comissão é coordenada pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE) e composta por representantes desta, da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), da Secretaria de Atenção à Saúde (SAS), da Assessoria de Assuntos Internacionais de Saúde (AISA), da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA).

Como se pode perceber a Fiocruz (2003, p. 1) faz parte da rede integrante dos representantes da SCTI, porém mesmo fazendo inserida no âmbito do SUS passa a apresentar segundo sua própria perspectiva um conceito mais amplo e diferenciado quanto a Biossegurança, e que assim a define como;

Um conjunto de saberes direcionados para ações de prevenção, minimização ou eliminação de riscos inerentes às atividades de pesquisa, produção, ensino, desenvolvimento tecnológico e prestação de serviços, as quais possam comprometer a saúde do homem, dos animais, das plantas do ambiente ou qualidade dos trabalhos desenvolvidos.

Ainda no âmbito da Biossegurança, agora sob a ótica do Ministério da Saúde, a mesma;

Têm como objetivo principal dotar os profissionais e as instituições de ferramentas que visem desenvolver as atividades com um grau de segurança adequado seja para o profissional de saúde, seja para o meio ambiente ou para a comunidade. Nesse sentido, podemos definir “Biossegurança” como sendo “a condição de segurança alcançada por um conjunto de ações destinadas a prevenir, controlar, reduzir ou eliminar riscos inerentes às atividades que possam comprometer a saúde humana, animal, vegetal e o ambiente”.

Enfim, o que se pode concluir e para isto acredita-se que não se faz necessário citar outras tantas definições acerca da Biossegurança, é que esta possui diferentes conceitos, alguns em linhas mais filosóficas ou tecnicistas, outros específicos a atividades de produção, porém o que vale ressaltar é o caráter essencial quanto área do conhecimento, visto que, a diversidade conceitual diferentemente do que se pode imaginar não faz com que a mesma se desvaloriza ou fique descaracterizada, mas sim está presente em essência nos mais variados recortes e aplicações dos princípios que tende a vislumbrar, ou seja, a segurança, preservação, informação e diálogo em prol da vida humana, porém deixa esvaecer que dentre tantos aspectos de regência o maior e de mais impacto é a mensagem de que deve partir dos indivíduos o valor pela vida, pois sem este princípio básico não se faria sentido quaisquer discussão em prol da área (biossegurança).

A Biossegurança assim como a Ciência da Informação é por essência interdisciplinar, ao passo que dialoga e se faz presente nas mais variadas áreas de formação/atuação e possíveis ambientes nos quais o ser humano também possa está se inserindo, seja do ponto de vista organizacional ou mesmo outras formas de desenvolver atividades produtivas e de modo geral da relação trabalhador e o ambiente o qual faz parte.

A biossegurança concerne a diferentes campos do conhecimento, como o jurídico, econômico, ambiental e da saúde. Desse modo, o tema merece ser tratado de forma multidisciplinar, integrando as considerações, não só das ciências biológicas, mas também das ciências sociais, além de levar em conta as posições de diferentes da sociedade agricultores, fabricantes, consumidores, etc. (ZANONI, 2004, p.7).

Assim como as demandas por mão de obra para o trabalho, paralelamente a estas, na qualidade de pré-requisito está posta a biossegurança, uma vez que, é imprescindível a eficácia sem prejuízos a produtividade, ou seja, o cumprimento de seu papel quanto matéria preventiva e asseguradora do bem-estar profissional.

Isso ocorre principalmente porque o operador, quando está realizando determinada operação com EPIs (equipamento de proteção individual) adequados, o faz com conforto e, portanto com maior atenção, estando também menos sujeito ação de agentes (PHILIP, 2004, p.19).

Os equipamentos de proteção individuais ou coletivos têm em suma uma enorme relação contributiva e direta à saúde ocupacional, pois dá respaldo a segurança dos indivíduos que compartilham o ambiente informacional, principalmente quanto à execução de ações interventivas, manipulação ou trato para com o acervo tais como a higienização de documentos, pequenos reparos em peças tridimensionais, a organização do ambiente e disposição dos exemplares, o próprio manuseio diário entre outros. E isso faz parte da realidade dos conhecimentos aplicados da biossegurança que nas unidades de informação vem comportando-se como uma tendência benéfica que ganha cada dia mais espaço nas pautas de planejamento institucional.

Na atualidade, a busca por soluções e alternativas eficazes ao problema da biossegurança e segurança em bibliotecas, arquivos e museus impõe um conhecimento aprofundado dos métodos, ações, equipamentos e, sobre tudo, das políticas já implantadas com êxito. A biossegurança, a segurança física do trabalhador e a segurança dos acervos são itens fundamentais que devem iniciar o rol de prioridades dos administradores das bibliotecas, arquivos e museus que mantem sob sua guarda acervos diferenciados (SILVA, 2012, p. 162).

Como principais barreiras de contenção de riscos ou EPIs e EPCs temos os de maior espectro de utilização nas vivências ambientais do profissional da informação como mostrado no **Quadro 04**.

EPI	Característica	Aplicação
Luvas	Geralmente em material de látex, algodão, plástico e vinil (para os alérgicos a látex);	Utilizadas para proteger danos a superfície da pele das mãos além de evitar a contaminação por agentes que se possa entrar em contato no manuseio de documentos, higienização de superfícies, procedimentos de conservação e restauro, além da manipulação de resíduos de expediente;
Máscara	Geralmente produzidas em fibras sintéticas, tecidos leves e plásticos algumas possuem filtros especiais para maior proteção e comodidade;	Utilizadas com a finalidade proteger vias respiratória e mucosa bucal, devem ser utilizadas sempre que de acessar o ambiente do acervo e durante a manipulação dos documentos;
Óculos de proteção	Comumente confeccionado em material plástico e variantes como acrílicos e fibras de vidro;	Devem ser utilizados sempre que houver a possibilidade de, durante um procedimento, desprendimentos de partículas. Com a finalidade de proteger a área dos olhos;
Batas e Jalecos	Geralmente confeccionados em tecidos leves e reutilizáveis (Oxford) e sintéticos e descartáveis (TNT), contendo magas longas;	Utilizados para evitar o contato de substâncias e sujeiras, como resíduos de poeira, nas roupas;
Toucas	Confeccionadas em material sintético (TNT);	São utilizadas para evitar contato de resíduos como o coro cabeludo;

Quadro 04 – Equipamentos de Proteção Individual.

Como é possível observar, os equipamentos referidos são: o jaleco ou bata, a touca, máscara de pó, luvas (em látex ou dependendo da atividade em outro material como a exemplo as de algodão), óculos, calçados fechados e roupas adequadas ao ambiente de trabalho também compõe este arsenal de aparatos que visam à minimização da exposição a riscos ambientais presentes nas unidades de informação, isto no caso dos EPIs.

Quanto aos equipamentos de segurança voltados à coletividade (EPC) podemos citar os extintores de incêndio, lâmpadas de emergência, kit de primeiros

socorros, mesas de higienização equipadas com filtro EPA, saídas de emergência, sinalização dos processos e atividades desenvolvidos, bem como a descrição dos pontos críticos para sua realização, sprinklers (borrifador de teto) etc.

O **Quadro 04**, ainda faz uma correlação entre os mais comuns EPIs, e suas características quanto ao desempenho e aplicabilidade no âmbito das unidades de informação, segundo as recomendações feitas por órgãos reguladores e adequação segundo a Norma de Segurança NR - 06.

Podem-se perceber em um paralelo a outros locais e principalmente ambientes de saúde que as necessidades quanto ao uso e EPIs são diferenciadas, porém isto não retira a importância da utilização dos mesmos, uma vez que, os riscos ambientais mesmo não aparentes se fazem presentes e muitas vezes os que não se pode enxergar, como no caso de microrganismos (vírus, bactérias) e micro partículas de pó podem acometer a saúde do profissional privando este de um estado saudável e hábil para realização de suas atividades.

EPC	Característica	Aplicação
Extintores	Cilindros de compressão, apresentação em pó-químico (PQS), água (H ₂ O) e gás carbônico (CO ₂);	Nos acervos é recomendada a utilização dos de PQS (em sinistros na fiação elétrica) e H ₂ O (em sinistros nos documentos);
Mesa de Higienização	Geralmente confeccionadas em madeira e seus acessórios em plástico e vidro; Indica-se a utilização dos equipamentos que tenho em sua configuração o filtro EPA por sua eficácia na eliminação de microrganismos e filtragem de partículas contaminantes;	Recomenda-se seu uso nos processos (principalmente) de higienização e restauro, uma vez que para realização de ambas as técnicas há desprendimentos de partículas (para que estas não se dissipem no ambiente), assim como a utilização de matérias inflamáveis e que podem exalar odores fortes;
Lâmpadas de Emergência	Comumente utilizadas as de tungstênio ou mercúrio, e mais recentemente em <i>Led</i> .	Utilizadas para prevenir riscos de acidente quando há queda de energia, seu posicionamento deve ser bem planejado para situações de emergência. Atualmente tem se dado preferência as de <i>Led</i> pela eficiência e tempo de vida útil.

Quadro 05 – Equipamentos de Proteção Individual.

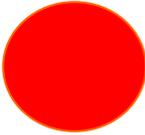
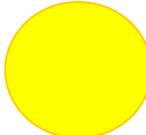
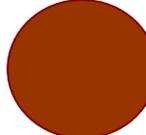
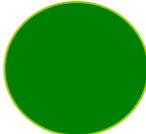
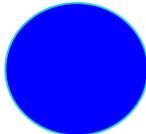
No **Quadro 05**, são apresentados alguns dos Equipamentos de Proteção Coletiva de maior espectro no âmbito das unidades de informação e que foram destacados conforme seu fator de impacto na relação de segurança voltada aos profissionais que desempenham atividades pontuais na área de conservação e restauro (como é o caso da mesa de higienização), assim como os extintores e lâmpadas de emergência que auxiliam na redução de maiores danos ao ambiente e a aos indivíduos. Da mesma forma que, se faz uma correlação entre suas características quanto ao material de confecção, bem como seu uso e aplicação no ambiente informacional.

Assim como as barreiras de contenção (EPI e EPC) um instrumento bastante eficaz dentro da perspectiva da biossegurança é o Mapa de Riscos, pois tem fácil e eficaz aplicação e é a representação gráfica dos riscos presentes no ambiente de trabalho, bem como dos acervos.

O Mapa de Riscos é um forte elemento e instrumento de conscientização para os profissionais e funcionários independentemente do local ao qual estejam atuando. Por se tratar de uma linguagem direta e de fácil assimilação, uma vez que atribui cores a determinados riscos classificando-os e sinalizando conforme o grau de incidência daquele fator determinante e prejudicial à saúde coletiva e individual no ambiente de trabalho.

Segundo NR – 5 (mapa de riscos ambientais) trata-se de um mapa constato das diferentes áreas laborais onde deverão estar sinalizados e potencializados os riscos, tais como: Físico, Químico, Biológico, Mecânico e Ergonômico. O mapa de riscos deve estar em local de fácil visualização por todos os indivíduos que permanecerem ou transitarem pelo ambiente. As áreas deverão ser indicadas com círculos de diferentes cores e gradação de tamanho, ou seja, quanto maior o risco representado respectivamente por cor (relacionada) e tamanho maior será sua incidência no local.

Com a finalidade ilustrativa, e por uma convenção, conforme especificação os riscos presentes no ambiente de trabalho são relacionados a uma classificação por cores (pré-definidas e amplamente difundida), para facilitar sua interpretação sob a perspectiva visual no ambiente, a qual é apresentada no esquema a seguir:

Agentes Químicos	Agentes Ergonômicos	Agentes Biológicos
(vermelho)	(amarelo)	(marrom)
		
Agentes Físicos	Riscos de Acidentes	
(verde)	(azul)	
		

Diferentemente do que se possa imaginar a Biossegurança vai além dos já apresentados EPIs e EPCs, mesmo estes, sendo considerados o carro chefe de sua atuação de ordem pragmática, uma vez que, a política de preservação engloba toda uma gama de ações e iniciativas que visem à efetividade na manutenção e preservação da vida do profissional independentemente da área ou local de atuação, posto que, onde existir uma atividade que eminentemente exponha o trabalhador a demandas de risco se faz necessário à investidura na metodologia e abordagem da mesma.

O desenvolvimento, bem como o planejamento prévio de métodos que visem a preservação da vida humana e principalmente no que tange a atuação nos locais de trabalho e outras atividades regidas pela necessidade de aprimoramento intelectual em nada seriam úteis caso toda esta gama de informações não tivessem a efetividade quanto execução, ou seja, faz parte de todo o projeto de Biossegurança das instituições que o conhecimento acerca das boas práticas sejam assimilados e principalmente postos em práticas visando assim o encerramento de um ciclo que mediante as dificuldades e possibilidades na realização dos planos se possa repensar e corrigir falhas, afim de

otimizar os processos e propósitos que inicialmente se traçaram acerca do plano de biossegurança para os trabalhadores da instituição.

Neste sentido segundo Silva (2012, p.157):

As bibliotecas, arquivos e museus deverão desenvolver programas relacionados à ordem e à limpeza ambiental que visam a Biossegurança, proteção e saúde do trabalho, segurança ambiental e patrimonial. Algumas etapas do programa podem ser executadas pelos trabalhadores como, por exemplo: manter limpo o posto de trabalho; atenção ao ligar e desligar equipamentos; evitar o derramamento de substâncias químicas (anilinas e tinturas, tintas, colas, solventes orgânicos e inorgânicos, pesticidas); utensílios e ferramentas devem ser recolhidos, limpos e guardados; estantes, arquivos e armazéns contendo material do acervo não devem ser sobrecarregados; evitar o acúmulo de resíduos no espaço de trabalho.

Assim como a Biossegurança outra área do conhecimento na segurança ocupacional (ou do trabalho) é a Higiene Ocupacional que se debruça, porém mais especificamente, acerca das questões ambientais voltada a higiene laboral em prol da seguridade e preservação do bem-estar dos profissionais visando minimizar riscos ambientais. Contudo, é relativamente nova como ciência e somente nas últimas décadas teve maior desenvolvimento, sendo considerada, inclusive, como ciência e com diferentes denominações como:- higiene industrial; característica dos estados unidos. – higiene do trabalho; característica do brasil. – higiene ocupacional; mais difundida na Europa (PHILIP, 2004).

Higiene ocupacional é a ciência e arte que trata da antecipação, reconhecimento e avaliação, bem como de preservação e controle dos riscos originados nos locais de trabalho e que podem prejudicar a saúde e o bem-estar dos trabalhadores, também tendo em vista o possível impacto nas comunidades vizinhas e no meio ambiente (MENDES, 2007, p.1742).

No ambiente das unidades de informação é frequente ouvir-se relatos e queixas de profissionais que se deparam com condições laborais que deixam a desejar, além do acúmulo de resíduos de poeira dentre outras condições ambientais desfavoráveis ao cumprimento das atividades de expediente. Estes locais estão compreendidos pelas dependências internas e do entorno da instituição, ou seja, salas do acervo, secretarias, banheiros e jardins ou calçadas que circundam o local.

É pensando na viabilização de espaços que a gestão de resíduos visa promover as boas práticas pelos colaboradores, bem como usuários destes ambientes e como atividade pode-se inferir a fixação de rotinas periódicas e participativas, visando a integração de todos que fazem uso das dependências em prol da harmonia ambiental.

A partir de uma perspectiva preventiva é possível dividir todas as atividades sanitárias em prol da segurança no espaço de trabalho em três categorias bem definidas que segundo Souto (2003, p. 28) são:

Prevenção Primária – Reúne os procedimentos de promoção da saúde (inclui medidas de habilitação e fomento do desenvolvimento das aptidões somáticas, psíquicas e sociais) e as atividades de profilaxia das enfermidades;
Prevenção Secundária – Abrange os procedimentos de diagnóstico médico e a indicação das medidas terapêuticas a serem exercidas em pessoas doentes;
Prevenção Terciária – Envolve os atos profissionais destinados a reabilitar danos estruturais e funcionais ocasionados nas pessoas por alguma condição de enfermidade.

As diferentes atividades sanitárias passam a ser relevantes no momento em que o uso do conhecimento aplicado a gestão das rotinas de limpeza tendem a ser um cenário propício e que estão relacionados aos princípios da Higiene Ocupacional.

Outra área de grande contribuição aos preceitos de segurança e saúde no local de trabalho e que teve grande repercussão, difusão e expansão dos estudos em no âmbito da questão ocupacional em virtude do desenvolvimento das organizações e indústrias com a inserção das novas tecnologias que por sua vez contribuem drasticamente como o processo de modelação no paradigma trabalhista fora a Ergonomia.

Classicamente a saúde ocupacional trata a insalubridade (aspectos relacionados a higiene ocupacional) e da periculosidade (acidentes de trabalho), procurando, para tanto, identificar riscos de diversas naturezas, que estejam efetiva ou potencialmente presentes nas situações de trabalho. Mais recentemente, a preocupação com os aspectos ergonômicos levou à necessidade de cunhar um novo termo – penosidade. Esta diferenciação é necessária e traz uma nova luz sobre os problemas de saúde ocupacional. Um trabalhador pode se penoso sem que chegue a ser considerado perigoso ou insalubre. Inversamente, um trabalhador insalubre ou perigoso, do ponto de vista de um observador externo, pode não ser vivido como penoso por quem o realiza. Assim, os critérios de penosidade, introduzidos pela ergonomia, tendem a ser mais precisos do que os anteriores, na medida em que se

referem às condições de conforto e – isto é essencial – da perspectiva do trabalhador (MENDES, 2007, p. 1768).

Mas o que é ergonomia? Segundo definição dada pela Associação Brasileira de Ergonomia - ABERGO (1960), que por sua vez trata-se de uma associação sem fins lucrativos cujo objetivo é o estudo, a prática e a divulgação das interações das pessoas com a tecnologia, a organização e o ambiente, considerando as suas necessidades, habilidades e limitações.

Ergonomia é o estudo científico da relação entre o homem e seus meios, métodos e espaços de trabalho. Seu objetivo é elaborar, mediante a contribuição de diversas disciplinas científicas que a compõe, um corpo de conhecimento que, dentro de uma perspectiva de aplicação, deve resultar numa melhor adaptação ao homem dos meios tecnológicos e dos ambientes de trabalho e de vida.

Estudos em ergonomia indicam que os distúrbios envolvendo a postura e principalmente preções advindas das relações homem e o ambiente de trabalho, tendem a ser um dos grandes males da contemporaneidade por agir de forma silenciosa e em alguns casos a percepção por parte da equipe responsável pela gestão ambiental é geralmente mais tardia, uma vez que, o comportamento do indivíduo se revela primeiro aos membros da equipe mais próximos e é através destes que se exposto os casos envolvendo distúrbios penosos sofridos pelos trabalhadores.

Dentro das organizações um dos fatores que mais complica a relação saúde-trabalho na perspectiva ergonômica é a cultura organizacional, responsável por vezes de maus hábitos que são desempenhados durante o expediente e que em virtude de ser “comum” acaba negligenciando-se ações de segurança nos locais de trabalhos.

Não é incomum ver dispositivos de segurança desligados ou desativados, regras de segurança desobedecidas, EPIs não utilizados, porque sua especificação desconsiderou necessidades inerentes à realidade da atividade. Entretanto em conflito com a produção, o mais comum é que a segurança seja menosprezada (MENDES, 2007, p.1785).

No contexto das unidades de informação a omissão ao uso dos procedimentos e equipamentos que visam à proteção e segurança se agrava pela falta de abordagem no contexto a importância dos procedimentos seguros, bem como da informação, o que se agrava pela falta de sensibilidade dos gestores em razão do desconhecimento do real valor tanto institucional quanto social de seus acervos, porém cabe aos profissionais da informação criar uma consciência coletiva e resgatarem através das normas e legislação os devidos recursos necessários à manutenção e nivelamento de parâmetros ambientais a níveis aceitáveis que favoreçam sua atuação no desempenho das ações e atividades requeridas pelos usuários e especificidades de seu ofício, sejam estes arquivistas, bibliotecários ou museólogos. Isso, posto que: a segurança e seguridade nas unidades de informação têm de ter seu espectro ampliado para além da visão tradicionalista de seus acervos, expandindo e incluindo assim a segurança ocupacional nestes locais na pauta de planejamento institucional.

V - CONDIÇÃO OCUPACIONAL NO NDPI: caracterização do ambiente.

O NDPI, assim como os outros locais de guarda e disseminação da informação (como visto na literatura), não está isento de riscos e agentes ambientais que podem acometer a qualidade da saúde e do bem-estar dos profissionais que lá atuam.

Apesar de considerado uma Unidade de Informação o NDPI também se enquadra na condição de setor administrativo em relação à PROGEP, e da mesma forma que outros arquivos de instituições públicas, acaba sofrendo com privações e irregularidades nos ambientes e instalações. Como observa Sousa (2007, p.02);

Muitos desses locais têm problemas nas instalações elétricas e hidráulicas e na ventilação. Os equipamentos de segurança, quando existem, são inadequados e colocados em locais de difícil acesso, no caso de um sinistro. Não há notícias de planos preparados previamente para situações de emergência. Percebe-se o acúmulo de lixo e de poeira. Essa situação possibilita a proliferação de roedores e insetos. Os documentos são armazenados em estantes e arquivos de aço, armários e estantes de madeira, entre outros. Observa-se que uma parcela do mobiliário necessita de alguns reparos ou mesmo de sua substituição.

Desta forma, segundo as recomendações presentes nas Normas Reguladoras estabelecidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil, fez-se uma avaliação da condição Ocupacional presente no NDPI. Levando em consideração para tanto a literatura presente neste estudo, e a observação da estrutura tanto dos locais de guarda do acervo quanto às dependências das secretarias que compõem os ambientes que dizem respeito ao Núcleo. A partir destas premissas foram confrontados aspectos da realidade encontrada e os textos norteadores presentes nas Normas.

Segundo o critério de adequação e aplicabilidade do contexto normativo ao ambiente de estudo, foram trabalhadas especificamente as seguintes Normas Reguladoras: **NR – 06** Equipamentos de Proteção Individual (EPI); **NR – 08** Edificações; **NR – 10** Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade; **NR – 15**

Atividades e Operações Insalubres (Anexos - 14); **NR – 17** Ergonomia; **NR – 23** Proteção Contra Incêndio; e **NR – 26** Sinalização de Segurança.

No que tange os aspectos presentes na **NR – 15** que norteia as atividades e operações Insalubres, foi feito um recorte em torno do Anexo – 14 que abrange os agentes biológicos, uma vez que, a norma trata de ambientes insalubres, e por sua vez, segundo a classificação de riscos e níveis de exposição, bem como a avaliação feita por equipes técnicas de Segurança do Trabalho o NDPI não se enquadra nos parâmetros necessários ao provimento de tal classificação, ou seja, de ambiente insalubre, mesmo o ambiente em algumas situações ser um fator crítico aos danos a saúde dos trabalhadores. Contudo, a presença de agentes biológicos em nível moderado como os viris, bactérias, fungos dentre outros é notável, visto que, o ambiente é irregularmente habitado por animais e frequentado por diferentes profissionais e usuários.

O compartilhamento de ambientes por diferentes indivíduos com distintos hábitos de higiene, a manutenção do filtro de equipamento de climatização e a exposição a estes fatores faz com que os servidores do Núcleo acabem tendo maior probabilidade de acometimento por algum agente patogênico de origem biológica.

O NDPI possui três de seus anexos destinados a guarda do acervo documental onde por sua vez a estrutura e projeção do mobiliário acaba não sendo favorável tanto a circulação quanto a realização de atividades do trabalho, como a retirada de pastas dos armários e a própria ação de higiene dos ambientes. Segundo a **NR – 08** estes aspectos são preponderantes ao provimento de um local de trabalho adequado. Ainda de acordo com a Norma o ambiente do Núcleo não atende os requisitos de impermeabilidade dos pisos contra a umidade, a cobertura em dois dos anexos do acervo não protege os equipamentos e documentos contra os transtornos advindos de chuvas e o teto da secretaria do térreo propicia o acúmulo de resíduos de pó e insetos.

O NDPI sofre com a escassez dos equipamentos de proteção individual, tais como: luvas, máscaras, óculos de proteção para os olhos e batas. Material este que segundo Norma Reguladora nº 6 - Portaria STI nº 194 (2010) do Ministério do Trabalho e Emprego, entendido como sendo o dispositivo de uso individual do trabalhador,

destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaça a saúde e segurança do mesmo, deve ser disponibilizado gratuitamente aos profissionais pela Instituição a qual estes prestam serviços, fator este que já expõe os profissionais a prática irregular, ou seja, sem proteção, bem como, condiciona estes em certos casos, o um cultura negligente em virtude da ausência constante de EPI.



F. 07 - Acervo/Documentação anexo 03 NDPI/PROGEP/UFPB

Nas **Figuras 07** e **08** é possível visualizar tanto as instalações destinadas a acomodação dos EPI quanto EPC presentes nos locais do acervo, visto que só nestes ainda constam tais equipamentos. Percebe-se, então o descaso quanto a disposição deste material tão essencial a preservação da vida dos trabalhadores como a falta de um local adequado e bem sinalizado para sua alocação.

Na **Figura 08** ainda é possível identificar a inadequação dos locais destinados a alocação dos extintores que se encontram sobre o mobiliário de guarda de documentos, bem como a falta de sinalização do tipo de material que o mesmo é composto (CO₂, H₂O ou PQS), dentre outras recomendações da **NR – 23 Proteção Contra Incêndio** como por exemplo a saída de emergência.



F. 08 - Acervo/Documentação anexo 03 NDPI/PROGEP/UFPB

Outras irregularidades nas dependências do NDPI de acordo com a **NR – 26 Sinalização de Segurança** são: faltam de indicadores visuais de saídas e de riscos/presença de riscos e do próprio Mapa de Riscos.



F. 09 - Acervo/Documentação anexo 03 NDPI/PROGEP/UFPB

Dos riscos presentes nos anexos do NDPI, nos acervos, por sua vez, destacam-se os Riscos de Acidentes, uma vez que como se pode verificar na **Figura 09** e **10** o mobiliário que não fecha completamente e que já se encontra, em parte, oxidado pela ação do tempo e da umidade e que se projeta junto a área prevista para a circulação, o que pode ser potencialmente um fator crítico ao acometimento de lesões e pancadas por parte dos servidores.

Outros fatores dentro do aspecto ambiental envolvendo acidente, diz respeito às instalações elétricas que em razão destes locais serem projetados para acomodar “provisoriamente” o acervo que tão breve deveria ser transferido para o local de fato planejado para tal finalidade o que, por sua vez, não aconteceu até o presente momento.

As redes elétricas, assim como os pontos de tomada e fiação também ganharam um caráter paliativo o que descumpra recomendações da **NR – 10 Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade**, contudo esta situação só agrava a potencialidade de acidentes envolvendo eletricidade, visto que os *plugs* são sobrecarregados com equipamentos de climatização (que, quando existentes estes não atendem as expectativas de desempenho, bem como encontram-se com a manutenção e tempo de vida útil avançada) como se observa na **Figura 09**.



F. 10 - Acervo/Documentação anexo 03 NDPI/PROGEP/UFPB

Dentre os riscos ambientais o que oferece maior amplitude de vetores que incidem sobre o NDPI tem os de ordem ergonômica e conforme a **NR – 17** Norma que abrange as *Recomendações acerca da Ergonomia ambiental*. Segundo o texto presente da Norma podemos destacar que o Núcleo de modo geral não oferece condições adaptadas às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar o máximo conforto segurança e desempenho eficiente.

Seja o deslocamento entre andares para ter acesso a documentação funcional dos usuários, seja no transporte de várias pastas do acervo a secretaria e vice versa, as áreas de circulação do acervo limitantes as atividades dos trabalhadores, a falta de equipamentos de hardware em número necessário ao atendimento as demandas de atividades do setor, a organização do trabalho (onde Profissionais Arquivistas de nível superior executam tarefas de auxiliares) e as condições ambientais de trabalho no geral todos estes aspectos estão em desconformidade no tocante da Ergonomia estabelecida pela **NR – 17** do Ministério do Trabalho e Emprego.



F. 11 - Acervo/Documentação anexo 03 NDPI/PROGEP/UFPB

Não bastam as condições, cujas quais os profissionais do NDPI já enfrentam naturalmente pela falta de sensibilidade da gestão, riscos ambientais intrínsecos ao acervo e as atividades desempenhadas pelos mesmos, estes profissionais ainda tem de conviver com a falta de consciência dos servidores de outros setores, como demonstrado

na **Figura 11**, que revela tal postura errônea por parte destes, a exemplo dos profissionais da tecnologia da informação que depositam no local o material que não será mais utilizado em suas atividades funcionais.

O chamado “lixo eletrônico” (gabinetes e monitores sucateados) divide o espaço com os processos de um terceiro setor que erroneamente deposita a documentação no espaço quando deveria encaminhar as pastas funcionais tais documentos.

Como se pode perceber o ambiente, ou melhor, os ambientes que compõem o NDPI estão repletos de riscos de ordem ocupacional e, por sua vez a relação trabalhador/saúde, está comprometida por diversos fatores dentro da própria hierarquia institucional, o que pode ser notado pela falta de treinamento e conscientização quanto a importância da preservação da saúde para o provimento do trabalho, que por sua vez vem sendo realizado em local inadequado e por vezes insalubre a atuação destes profissionais.

A seguir presta-se o resumo dos riscos ambientais analisados segundo as Normas Reguladoras selecionadas para aplicação junto ao NDPI.

ANÁLISE DO NDPI SEGUNDO NRs	
NR - 06	Indisponibilidade e escassez dos equipamentos de proteção individual, tais como: luvas, máscaras, óculos de proteção para os olhos e batas.
NR - 08	Não atende os requisitos de impermeabilidade dos pisos contra a umidade, e quanto à cobertura (teto e forro) que propiciam o acúmulo de resíduos de pó e insetos.
NR - 10	Descumprimento dos padrões estabelecidos de segurança quanto a fiação e pontos de energia, como sobrecarga de equipamentos e exposição de fios e cabos elétricos.
NR - 15	Presença de Agentes biológicos em nível moderado como os viris, bactérias, fungos dentre outros. Ausência de hábitos regulares de higiene ambiental.
NR - 17	Não oferece condições adaptadas às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar o máximo conforto segurança e desempenho eficiente.
NR - 23	Inadequação dos locais destinados à alocação dos extintores falta de sinalização do tipo de material que o mesmo é composto (CO ₂ , H ₂ O ou PQS).
NR - 26	Faltam de indicadores visuais de saídas e de riscos/presença de riscos e do próprio Mapa de Riscos.

Quadro 06 – Equipamentos de Proteção Individual.

Foi pensando em uma forma de contribuição, não só para realidade do NDPI, mas para outros locais, que tem a informação por carro-chefe da atuação a informação que, no próximo capítulo faz-se algumas recomendações para minimizar os danos ocasionados pela estrutura ambiental das Unidades de Informação aos seus trabalhadores.

VI - RECOMENDAÇÕES APLICADAS A SAÚDE OCUPACIONAL NO NDPI

Tomando por base os as questões levantadas acerca da condição ocupacional a qual se encontra o NDPI, passamos a indicar ações que visão a minimização ao máximo dos fatores que acometem a qualidade de vida dos profissionais que atuam no Arquivo do NDPI – UFPB, o que consequentemente refletirá de maneira direta e indireta na melhoria dos serviços prestados por estes servidores.

- Estabelecimento de rotinas fixas e regulares para limpeza e higienização do ambiente. Devido à inconstância da realização destas atividades.

- Fiscalização dos processos de limpeza e higienização do ambiente. Pois os funcionários que executam muitas vezes podem o fazer apenas de maneira paliativa.

- Manutenção regular do filtro do ar-condicionado. Com a manutenção do filtro em dia, a proliferação de agentes biológicos e poeiras são reduzidas o que minimiza a contaminação por estes agentes e favorece um ar ambiental mais puro.

- Melhoria das instalações elétricas (cabos, fios de energia e tomadas). Isto, pois, a presença de fios expostos e sobrecargas em tomadas acarretam risco de curtos circuitos e choques por descargas elétricas, além de propiciar um ambiente mais harmônico sem a presença de fiação exposta.

- Afixação de teto em gesso ou material PVC para o forro do teto. Uma vez que, com o concreto do teto aparente, além de propiciar o acúmulo de poeiras e insetos conferem ao ambiente o aspecto mal de má conservação. O teto em gesso é preterido ao de PVC, uma vez que, este último, possui alto teor inflamável.

- Fornecimento de equipamentos de proteção individual (tais como: luvas, máscaras, toucas, batas, óculos e batas) por parte da Instituição mantenedora, ou seja, a UFPB.

- Disponibilização de detergentes antibacterianos e álcool a 70%. Com a finalidade de esterilizar as mãos e minimizar riscos de infecções cutâneas por parte dos servidores.
- Afixação de extintor de água (H₂O) e de Pó-Químico (PQS) em local de fácil visualização. O extintor é um instrumento indispensável a locais que possuem material com alto risco de combustão, como é o caso de papéis (documentos do acervo, entre outros) e plásticos (caixas arquivo de polyonda).
- Troca da iluminação por lâmpadas fluorescentes frias ou de lede. A baixa iluminação compromete a visão do servidor exigindo cada vez mais do mesmo, o que em longo prazo pode acarretar problemas visuais, além de que, um ambiente bem iluminado torna-se mais agradável.
- Treinamento dos servidores mediante situações emergenciais, tais como sinistro ou inundação por água.
- Promover a higienização dos documentos. Os documentos devem receber sempre que possíveis ações e procedimentos de higienização, para minimizar o acúmulo de resíduos de poeira que sejam um possível foco de proliferação de insetos, fungos e roedores.
- Desenvolvimento do hábito de lavar as mãos. As mãos são um dos principais vetores de contaminação, através delas contaminamos e somos contaminados, por isso se faz tão importante à higiene correta das mãos.
- Substituição dos armários antigos por novos, bem como dos feixes de pasta de ferro por plásticos. Estas ações visam minimizar os acidentes com estes objetos que tem potencial perfuro-cortante, e caso enferrujados podem acarretar infecções graves.
- Implementação de intervalo para exercícios físicos, que por sua vez, podem ser pontuais. Um dos maiores fatores de afastamento e faltas no serviço é ocasionado por uma lesão bastante comum, e que por isso deve ser evitada através de exercícios simples, a Lesão por exercício repetitivo (Ler), além de ocasionar dano ao servidor faz com que a prestação do serviço e cumprimento das atividades seja prejudicada.

- Aquisição de mobiliário adequado, bem como observação das áreas de circulação. Um ambiente que condiciona as ações físicas e de deslocamento acaba comprometendo a locomoção e movimentação dos indivíduos, o que pode acarretar danos ergômetros aos servidores devido a restrição de movimentos. Além de que uma área de circulação pode facilmente promover um acidente com lesão (como é o caso de pancadas).

- As boas práticas de convivência interpessoal devem ser sempre priorizadas. Uma equipe que trabalha ciente de que seus atos dependem dos outros e vice versa, acaba criando um clima organizacional sadio ao desenvolvimento das atividades. O ambiente de trabalho deve ser um espaço sadio onde o servidor sinta prazer de esta.

VII - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda a abordagem conceitual presente neste estudo teve por finalidade primeiramente alertar acerca das possibilidades e variáveis presentes no ambiente da Unidade de Informação segundo a ótica da interdisciplinaridade com outras áreas do conhecimento, neste caso, a exemplo, das Ciências da Saúde. Segundo, visou cumprir uma função de trazer ao foco das discussões o tema “Saúde Ocupacional” na perspectiva de que, comumente se discute a preservação, prevenção e a segurança no âmbito destes locais, tais como Arquivos, Bibliotecas e Museus, porém o enfoque é diferenciado, ou seja, é dado aos acervos documentais, não que não seja necessário, pelo contrário.

Porém, a idéia é de que se possa dar espaço à qualidade de vida e principalmente saúde (considerada bem maior ao ser humano e direito inato deste) dos profissionais que atual nestes locais de memória, trazendo assim a luz das discussões, quanto à preservação, enquadradas no âmbito da saúde destes profissionais da informação.

A Saúde Ocupacional, por sua vez, tem relação direta com os métodos que visam à preservação da vida humana e mais especificamente está relacionada com o bem-estar dos trabalhadores, em nível institucional, incidindo sobre tudo que é intrínseco a organização, ou seja, no tocante das possibilidades e probabilidades que envolvem as variáveis de riscos ambientais e, por sua vez, atua informando para construir ideais de boas práticas no desempenho das atividades relacionadas ao *duo* saúde/trabalho.

Com o avanço científico no campo da Saúde do Trabalho e áreas afins como a Terapia Ocupacional, Medicina do Trabalho, Ergonomia e Biossegurança, se pôde progredir quanto ao planejamento de metodologias que visem à preservação e manutenção da saúde e bem-estar dos trabalhadores no contexto de seus locais de trabalho, da mesma forma que sobre os fatores que incidem indiretamente através da

atuação das organizações como, por exemplo, a poluição do meio ambiente. Desta forma, consideram-se avanços, contribuições e vitórias adquiridas pela luta da classe trabalhista as políticas públicas, tais como: as Leis, Normas e ações na garantia de condições por parte do estado e empregadores na manutenção do bem-estar psíquico, econômico e social destes indivíduos.

No que tange a Higiene ocupacional, cabe o papel pragmático da prevenção e antecipação aos riscos ambientais, visto que atua na rotina que é ação básica do trabalho e reflete a curto, médio e longo prazo na acumulação de fatores que podem levar a um quadro de enfermidade, mas diante da atuação pautada em suas metodologias, a de se minimizar os agentes de forma prévia que acometeriam a saúde do trabalhador.

Por sua vez, a Higiene Ocupacional também diz respeito direto ao modo de vida do indivíduo, ou seja, a assepsia dos materiais e ambiente de trabalho pouco surtirá efeito caso este seja negligente com sua postura no contexto de sua vida pessoal, assim cabe a esta, nortear os argumentos capazes de condicionar o trabalhador a uma postura assertiva quanto à higiene para com si mesmo e o espaço onde atua.

A Biossegurança, ou mesmo, a segurança da vida está posta de forma presente nas rotinas tanto quanto os riscos ambientais, mesmo que os trabalhadores pouco conheçam o seu vasto campo epistemológico, no cotidiano de cada um, mesmo que seja de forma despercebida, já se utilizou de suas contribuições, e desta forma fora muito feliz.

Através de estruturas metodológicas reais e aplicáveis no dia a dia em um ambiente de trabalho, a Biossegurança traz colaborações significativas à atuação profissional e o mais importante, pautada em experimentos efetivos no que rege as possibilidades de manutenção e preservação da vida.

Por vezes, a Biossegurança tem sido associada aos procedimentos na área da saúde, com tudo, vale ressaltar que pensar assim é um ato de preconceito, visto que a gama de procedimentos trazidos pela mesma é tão imprevisível a atuação de qualquer profissional tanto quanto se fazem presentes os riscos nos mais diferentes ambientes de trabalho.

Diferentemente da abordagem da Biossegurança, Higiene Ocupacional e Ergonomia a Medicina do Trabalho está inserida no tocante das ações que visam identificar, contextualizar e dar provimento a soluções viáveis segundo a causalidade no ambiente de trabalho, ou seja, as doenças advindas de alguma perturbação presente na relação homem-trabalho e que podem desencadear inúmeras enfermidades, haja vista que tão proporcional aos riscos e agentes presentes no ambiente de trabalho é o leque e de possibilidades negativas com as quais o trabalhador pode ser acometido.

Na perspectiva de prover a dignidade do indivíduo buscando devolver-lhe o equilíbrio que lhe é de direito, a Medicina do Trabalho busca restabelecer a noção de trabalhador/saúde.

No contexto ao qual se está condicionado a viver atualmente, ou seja, rotina frenética preções sociais por *status* a luta diária pela sobrevivência, diferentemente de anos atrás, pois o mercado de trabalho exige cada vez mais a multiplicidade de tarefas nos indivíduos e diante da extasiante corrida para o cumprimento de metas muitas vezes surreais dentro e fora do trabalho os indivíduos acabam adquirindo péssimos hábitos seja na postura, nas relações interpessoais e no modo com o qual se dá a relação trabalho/saúde. Muitas vezes características enquadradas no âmbito da cultura organizacional.

O resultado deste amontoado de “sensações” é na maioria das vezes um quadro *penoso*, ou seja, dano psicológico ocupacional. Porém, a Ergonomia atua exatamente nestes novos “modos de produção” buscando prevenir, mediar e reabilitar casos que não seriam possíveis de classificar nem como insalubres (do contexto da insalubridade de riscos ambientais) e nem perigosos (do âmbito da periculosidade dos riscos ambientais).

As Unidades de Informação sempre cumpriram o papel de informar a sociedade ao longo dos séculos, com o passar do tempo e avanços tanto no campo da tecnologia quanto no âmbito trabalhista (com a organização social e as lutas de classe), estas se especializaram assim como seu pessoal de apoio, porém muitos destes locais de informação, da mesma forma que seus trabalhadores, enfrentam ainda hoje condições irregulares de trabalho que vão desde a falta de equipamentos de proteção individuais

(EPI) até a própria infraestrutura do local onde se armazenam os documentos e se faz o, atende-se aos usuários, tudo isto muitas vezes desencadeado principalmente pela falta de sensibilidade dos gestores e a presença eminente de riscos ambientais e, por sua vez a falta de conhecimento acerca dos procedimentos e mecanismos de preservação da vida do profissional e em como este deve portar-se frente a estas adversidades presentes no contexto das instituições, e desta forma isto acaba se tornando verdadeiros desafios Ocupacionais para estes profissionais da informação.

No que tange os aspectos da prática e a possibilidade reflexiva advinda do estudo de caso realizado no NDPI, em que se pode estabelecer um diálogo entre toda carga teórica ao fazer da pesquisa percebeu-se que o NDPI quanto Unidade de Informação está situado no contexto das discussões aqui levantadas, pois sofre com problemas estruturais como a falta de ambientes próprios e adequados para a guarda documental, visto que na condição a qual se encontram as instalações atuais inspiram atenção redobrada quanto à higiene, posto que os documentos encontram-se acumulados em salas inadequadas, onde estão presentes criticamente riscos ambientais e que por vezes podem ser potencializados pela falta do uso de EPIs e EPCs por parte de seus servidores e usuários.

No contexto do NDPI percebeu-se que diversos fatores acabam incidindo negativamente na relação trabalhador/ambiente e destes principalmente os de ordem ergonômica, o que deixa transparecer que os espaços que compõem o Núcleo inspiram atenção dos profissionais inseridos no contexto das CIPAS e da própria gestão como um todo, pois se torna inviável qualquer ação de melhoria da capacidade produtiva, quando o local de trabalho não oferece boas condições aos profissionais para assim o fazê-lo.

Por fim, o que pode se perceber é que os profissionais lotados no NDPI estão, sim, constantemente expostos a fatores que põem em risco sua saúde ocupacional, e agentes nocivos que vão além dos já presentes no ambiente institucional, ou seja, o contato com o público, o manuseio da documentação por diversos usuários promovendo a proliferação de resíduos e microrganismos que potencialmente, sem o cumprimento das devidas medidas cautelares, acabam ampliando os riscos existentes no ambiente organizacional e intrínsecos a atuação profissional, o que por sua vez, maximiza as estatísticas referentes a doenças ocupacionais.

Por outro lado, entende-se que a informação é a matéria prima para a quebra de paradigmas e planejamento de novas ações, assim cabe o alerta da importância do conhecimento dos riscos que o ofício de profissional da informação (Arquivista, Bibliotecário e Museólogo) oferece. Além de cumprir, assim o papel informativo de que se deve agir com cautela e pensar na preservação como fator preponderante a sua longevidade no exercício das atividades profissionais.

Esperamos que este estudo além de informar, possa contribuir com os profissionais da Informação e em especial aos do NDPI, a ponto de servir como alerta, conscientizando acerca das variáveis no ambiente de trabalho que podem acometê-los, bem como, atuar na transformação de pequenas ações cotidianas que somadas geram um bem-estar individual e coletivo, da mesma forma que se deseja que se possam fortalecer os argumentos destes profissionais que necessitam de literatura para dialogar com seus gestores e subordinados a fim de capacitá-los e agregar recursos, além de ser um elemento instigador de vários outros estudos futuros que tenham por objetivo a vida e saúde ocupacional dos Profissionais da Informação seja no mercado de trabalho ou ainda em processo de formação como é o caso dos estudantes que, por sua vez serão os profissionais do futuro.

REFERÊNCIAS

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. Norma: 14724 – Informação e Documentação / Trabalhos Acadêmicos / Apresentação. 2011.

BAPTISTA, Maria das Graças de Almeida. PALHANO, Tânia Rodrigues. Educação, extensão popular e pesquisa: metodologia e prática. – João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011. 188p.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Documento, informação e meios institucionais de custódia e disseminação. IN: BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos Permanentes: tratamento documental. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p.35-43.

BORGES, Mônica Erichsen Nassif. A informação como recurso gerencial das organizações na sociedade do conhecimento. Ciência da Informação – Vol. 24, número 2, 1995 – Artigos.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. Classificação de risco dos agentes biológicos / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Ciência e Tecnologia. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006. 36 p.

CALDEIRA, Cleide Cristina. Conservação preventiva: histórico. 2006, n.01, pp. 91. ISSN 1980-4466.

CASTRO, Astréa de Moraes e. Arquivos: físicos e digitais / Astréa de Moraes e Castro; Andressa de Moraes Castro e Danuza de Moraes e Castro Gasparian.- Brasília: Thesaurus, 2007. 192p. il.

CID 2001 – Ministério da Saúde do Brasil. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_relacionadas_trabalho_manual_procedimentos.pdf> Acesso em: 02/07/2013.

Classificação de riscos Ambientais pelo SUS. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/06_1156_M.pdf > Acesso em: 10/08/2012

Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia / F. Guérin... [et al.] tradução Giliane M. J. Ingratta, Mascos Maffei. – São Paulo: Edgard Blücher. Fundação Vanzolini, 2004.

Conselho Nacional de Biossegurança. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111105.htm > Acesso em: 28/07/2013

Definições de biossegurança. Disponível em:
<http://portal.saude.gov.br/portal/saude/Gestor/visualizar_texto.cfm?idtxt=32794>
Acesso em: 07/06/2013

Legislação Arquivística / Conarq. Disponível em:
<<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=48>>
Acesso em: 22/10/2012.

CLT. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>
Acesso em: 20/10/2012.

Normas Reguladoras – Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil. Disponível em:
<<http://portal.mte.gov.br/legislacao/norma-regulamentadora-n-15-1.htm>> Acessado em:
29/01/2013.

Segurança e Medicina no Trabalho. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6514.htm> Acesso em: 19/10/2012.

Reflexão crítica sobre a invisibilidade da biossegurança e da biosseguridade. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000200003&lang=pt> Acesso em: 29/01/2013

A importância da abordagem contextual no ensino de biossegurança. Disponível em:
<http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000600027&lang=pt> Acesso em: 30/01/2013

FERNANDES, H. Basahona. Antropologias da Psiquiatria e da Saúde Mental. Fundação Calouste Gulbenkian. 1998.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Vice Presidência de Serviços de Referência e Ambiente. Comissão Técnica de Biossegurança. Portaria nº 131/2003. Rio de Janeiro; Fiocruz, 2003.

GUINCHAT, Claim. MENOU, Michel. Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação. - 2ed. Brasília: IBCT, 1992. 540p.

LEE, Terence. Psicologia e Meio Ambiente. Tradução – Alvaro Cabral – Zahlas Editores – Rio de Janeiro. 1977.

LOS - Lei nº 8.080 de set. 1990. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm> Acesso em: 06/08/2013.

Manual de Biossegurança IMS/CAT-UFBA. Disponível em:
<<http://www.ims.ufba.br/wp-content/uploads/downloads/2012/09/Livro-biosseguranca-IMS1.pdf>> Acesso em: 23/08/2013

Manual de Biossegurança. Disponível em:
<<http://www.ccs.ufpb.br/manualbiosseguranca.pdf>> Acesso em: 14/08/2013.

MARCONI, Maria de Andrade. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados / Maria de Andrade Marcononi, Eva Maria Lakatos. – 7. Ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, Heloisa Helena T. Metodologia qualitativa de pesquisa. Revista; Educação e pesquisa, São Paulo, Vol. 30, n°2, pg. 289, maio/agosto. 2004.

MARTINS, Sergio Pinto. Flexibilização das condições de trabalho/ Sergio Pinto Martins. – 3 ed. – São Paulo: Atlas, 2004.

MENDES, René. Patologia do trabalho / organizador René Mendes – 2 ed. Atual. E ampl. – São Paulo: Editora Atheneu, 2007.

NR 6 – Ministério do trabalho e Emprego; Equipamentos de Proteção individual. Disponível:

<[http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812DC56F8F012DCDAD35721F50/NR-06%20\(atualizada\)%202010.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812DC56F8F012DCDAD35721F50/NR-06%20(atualizada)%202010.pdf)> Acesso em: 02 /06/ 2013.

PAES, Marilena Leite. Arquivo: Teoria e Prática. - 3ed. Ver. Ampl. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.228p.

PHILIP, Arlindo Jr. Curso de Gestão Ambiental / Arlindo Philip Jr, Marcelo de Andrade Ronéro, Gilda Collet Brino; Editores. – Barueri, SP. Manole, 2004 – (Gestão Ambiental).

POPE, Catherine. Pesquisa na atenção a saúde / Catherine Pope, Nicholas Mays; tradução Ananyr Porto Fajardo. – 3. ed. – Porto Alegre: Artmed, 2009. 172p.; 21cm.

Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/12940.html> > Acesso em: 10/08/2013.

RONDINELLI, Rosely Curi. Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea. - 4ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 160p.

SHELLENBERG, T. R. Arquivos modernos: princípios e técnicas / T. R. Schellenberg; tradução de Nilza Teixeira Soares. – 6. ed. _ Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 388p.

SILVA, Maria Celia Soares de Melo e. Segurança de acervos culturais. - Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2012. 200p.

SOUSA, Renato Tarcisio Barbosa de. Os arquivos montados nos setores de trabalho e as massas documentais acumuladas na administração pública brasileira: uma tentativa de explicação. Revista de Biblioteconomia de Brasília, Brasília, 2007 – cid.unb.br.

SOUTO, Daphnis Ferreira. Saúde no Trabalho: uma revolução em andamento. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 2003. 336 p. Inclui bibliografia. Publicado em parceria com Sesc Nacional.

SPINELLI, Robson. Higiene ocupacional: agentes biológicos, químicos e físicos. Ezio Breviglieri, José Possebon, Robsson Spinelli. – São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.

TAKAHASHI, Tadao (Org.). Sociedade da informação n Brasil: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

TARAPANOFF, Kira. Sociedade da informação e inteligência nas unidades de informação / Kira Tarapanoff, Rogério Henrique de Araújo Júnior e Patrícia Marie Jeanne Cormier. Ci. Inf., Brasília, v. 29, n. 3, p. 91-100, set./dez. 2000.

TOVAR, Luis Arturo Rivas. Nuevas formas e organización. Estudios Gerenciales, v.18 n°82 Cali Jan./Mar.2002. < http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0123-59232002000100001&script=sci_arttex > Acesso em: 01 jun. 2013.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. Abordagens psicossociais: perspectivas para o serviço social Vol. III/ Eduardo Mourão Vasconcelos (organizador). – São Paulo: Aderaldo e Rothschild. 2009.

YIN, Robert (1994). Case Study Research: Design and Methods (2ª Ed).

ZANONI, Magda (org.). Transgênica terapia genética células-tronco: questões para a ciência e para a sociedade. – Brasília: Núcleo de estudos Agrários e Desenvolvimento Rural Instituto-Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2004. 102 p.

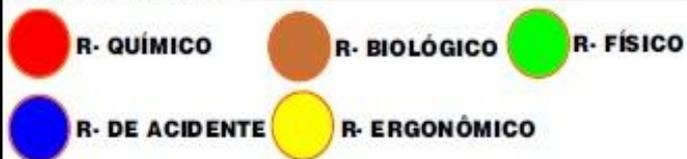
ANEXOS

Universidade Federal da Paraíba
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
Núcleo de Documentação de Pessoal e Informação

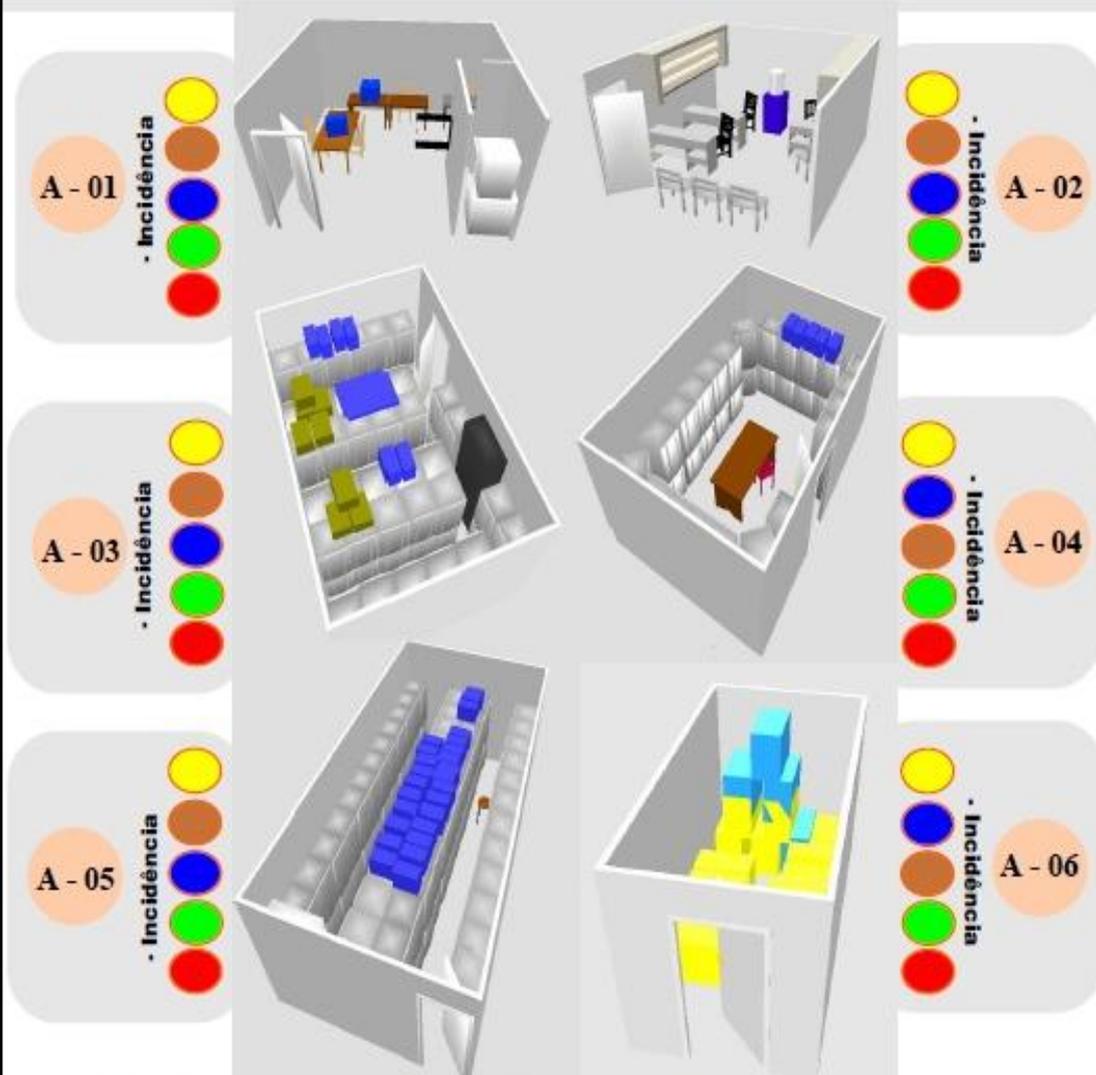
MAPA DE RISCOS



Riscos Ambientais



- A - 1 Secretaria do 1 Andar
- A - 2 Secretaria do Térreo
- A - 3 Acervo do Anexo 01
- A - 4 Acervo do Anexo 03
- A - 5 Acervo do Anexo 02
- A - 6 Acervo do Anexo 04



-- Como medidas de Prevenção e Preservação a Saúde, recomenda-se atentar para o uso de Equipamentos de Proteção a Nível Individual e Coletivo (EPI e EPC), bem como as boas práticas de higiene e atenção as atividades do trabalho.

NOTA SOBRE A ARTE DA CAPA

A imagem de fundo escolhida para a capa do TCC é uma lâmina histológica de tecido epitelial humano processado e corado em HE (Hematoxilina-Eosina) fruto da captura por meio de sistema de microscopia óptica com a técnica de campo claro e uso de uma objetiva nº 40.

A imagem por sua vez foi escolhida por representar visualmente estruturas invisíveis a olho humano (nu), mas que são de fundamental importância à sobrevivência humana em analogia a questão abordada neste estudo acerca da saúde ocupacional posto que seja um fragmento “invisível” que compõe o maior órgão do corpo humano (a pele).

A imagem foi Capturada no ano de 2010 no Laboratório de Microscopia e Imagem Biológica – LAMIB/CCS/UFPB.

Créditos da Imagem: Ismaelly Batista.